|  |  |
| --- | --- |
| **TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2018**  **PROCESSO Nº 047/2018 - EDITAL Nº 072/2018** | |
| **TIPO:** | **TÉCNICA E PREÇO PELO REGIME DE EMPREITADA GLOBAL** |
| **OBJETO:** | O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa, por preço, visando à contratação de empresa especializada para desenvolvimento do Plano Diretor de Turismo, com repasse realizado pela Secretaria de Turismo – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias – DADE nº 235/2014 de acordo com o Convênio nº 164/2014 e conforme especificações técnicas constantes do Anexo I – Termo de Referência que integram o edital. |
| **ENTREGA DOS ENVELOPES:**  Envelope I – Habilitação: 26 de novembro de 2018 até as 16h00 – (Para empresas não cadastradas) | |
| Envelope I – Habilitação e Envelope II - Propostas: 29 de novembro de 2018, até as 14h00min | |
| **ABERTURA DAS PROPOSTAS**:  **29 de novembro de 2018 – 14h15min,** após o credenciamento dos representantes. | |
| **REFERÊNCIA DE TEMPO**:  Para todas as referências de tempo será observado o **Horário de Brasília / DF.** | |
| **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL**:   * O Edital poderá ser obtido na sede da Prefeitura:   - Telefones: (0xx13) 3851-5100 – Fax: (0xx13) 3851-5100 - Cananéia – SP   * Endereço: Avenida Independência, 374 - Rocio - Cananéia - SP * E-mail: [compras@cananeia.sp.gov.br](mailto:compras@cananeia.sp.gov.br) | |

**A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE CANANÉIA**, com sede a Avenida Independência, nº 374, Rocio Cananéia-SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.585.956/0001-01, através do Prefeito Municipal, Gabriel dos Santos Oliveira Rosa, realizará em sessão pública, licitação na modalidade Tomada de Preços, para a contra- tação de empresa especializada para desenvolvimento do Plano Diretor de Turismo, com repasse realizado pela Secretaria de Turismo – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias – DADE nº 235/2014 de acordo com o Convênio nº 164/2014 e conforme especificações técnicas constantes do Anexo I

– Termo de Referência, Regida pela Lei nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações e de conformidade com os termos e condições do presente **EDITAL**, com as seguintes características:

## MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

1. **TIPO: Técnica e Preço** **(Global)**
2. **PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:** R$ 128.993,33 (cento e vinte e oito mil, novecentos e noventa e três reais e trinta e três centavos), ficha 403, Nota de Reserva nº 1496.

As despesas decorrentes da presente licitação serão concedidas por conta da Prefeitura Municipal da Estância de Cananéia, objetivando a contratação de empresa especializada para desenvolvimento do Plano Diretor de Turismo, com repasse realizado pela Secretaria de Turismo – Departamento de Apoio ao Desenvolvi- mento das Estâncias – DADE nº 235/2014 de acordo com o Convênio nº 164/2014 e conforme especificações técnicas, procedimentos e quantidades constantes do Anexo I do Termo de Referência e nos Anexos deste Edital.

1. **DATA PARA CADASTRO** ou entrega do envelope nº 01 – HABILITAÇÃO (para empresas não cadastradas): até o dia 26 de novembro de 2018 até as 16h00min, na Secretaria Municipal de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal da Estância de Cananéia.
2. **RECEBIMENTO DO ENVELOPES** dos envelopes nº 01 - HABILITAÇÃO (para empresas cadastradas) e envelope nº 02 - PROPOSTA, contendo a documentação de habilitação e proposta de preços serão recebidos até as 14h00min (horário de Brasília) do dia 29 de novembro de 2018 no Setor de Protocolo da Prefeitura, sito a Avenida Independência, nº 374, Rocio - Cananéia/SP.
3. **ABERTURA DOS ENVELOPES:** A sessão pública para abertura dos envelopes de habilitação e proposta, será às 14h15min (horário de Brasília), no mesmo dia (29/11/2018) na sala da Secretaria Municipal de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal da Estância de Cananéia.

## 1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa, por preço, visando a contratação de empresa especializada para desenvolvimento de Plano Diretor de Turismo, com repasse realizado pela Secretaria de Turismo – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias – DADE nº 235/2014 de acordo com o Convênio nº 164/2014 e conforme especificações técnicas constantes do Anexo I, do Termo de Referência que integram o presente edital.

## DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

* 1. **DAS CONDIÇÕES:**
     1. **–** A participação na Licitação implica na aceitação plena e irretratável das condições e normas deste edital.
     2. **-** Somente poderão participar desta Tomada de Preços, na qualidade de licitantes, empresas que não incorram nos impedimentos previstos no art. 9° da Lei Federal n° 8.666/93 e ainda que:

1. Estejam legalmente constituídas e tenham em seu objeto social atividade compatível com o objeto da presente licitação, bem como satisfaçam as exigências deste edital;
2. Não sejam integradas por empregados, diretores ou funcionários da Prefeitura Municipal da Estância de Cananéia, ou ainda seus cônjuges ou companheiros ou parentes até 3° grau;
3. Não possuam em seu quadro direto ou societário, membros que integrem esses quadros em outras sociedades contratadas pela Prefeitura Municipal da Estância de Cananéia, para prestação dos serviços de gerenciamento e fiscalização, ou outros cuja execução, concomitantemente com a do objeto deste Edital, possa acarretar ofensa aos princípios que regem os atos administrativos;
4. Na qualidade de empregados, não tenham tido Diretor, Gerente ou empregado condenado por crime ou contravenção penal em razão da prática de atos de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, ou pela adoção de práticas inibidoras, atentatórias ou impeditivas do exercício do direito á maternidade ou de qualquer outro critério discriminatório para a admissão ou permanência da mulher ou de homem no em- prego, nos termos da Lei Estadual n° 10.218 de 12/02/99;
5. Não estejam em processo de falência, concordata ou recuperação judicial;
6. Cumpram as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos seus funcionários nos termos do art. 117, parágrafo único da Constituição do Estado de São Paulo;
7. Os interessados em participar do certame deverão retirar o edital e seus devidos anexos junto ao site oficial da Prefeitura pelo endereço eletrônico: [http://www.cananeia.sp.gov.br](http://www.cananeia.sp.gov.br/) no ícone portal da transparência ou e-mail: [compras@cananeia.sp.gov.br](mailto:compras@cananeia.sp.gov.br) sendo que demais informações podem ser obtidas na Secreta- ria de Compras e Licitações no telefone (13) 3851-5100.
8. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações do edital, das normas técnicas da ABNT, e da Resolução da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo - Resolução ST nº 14 de 21 de junho de 2016, o qual estabelece os parâmetros para elaboração do Plano Diretor de Turismo dos municípios e dá outras providências além de atender as qualificações constantes na planilha orçamentária anexa ao processo.

## DAS RESTRIÇÕES

* + 1. **-** Não poderão participar da presente licitação:

1. Consórcio de empresas, em qualquer modalidade;
2. Empresas que, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666/93, foram consideradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
3. Empresas que, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/93, estiverem suspensas, temporariamente, de licitar e contratar com a Administração e da Súmula 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
4. Empresas em processo de falência ou Recuperação Judicial;
5. Empresas que não sejam do ramo de atividades de planejamento turístico.
   1. Para participar a licitante deverá apresentar 03 (três) envelopes, devidamente fechados de forma a não permitir violação, contendo no envelope de nº 01 os documentos de **"HABILITAÇÃO",** no envelope nº 02 – **“PROPOSTA TÉCNICA” e** no envelope nº 03 – **“PROPOSTA DE PREÇO”**.
   2. Os envelopes deverão conter na parte externa, os seguintes dizeres:

**A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE CANANÉIA ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2018 NOME / CNPJ DA PROPONENTE**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE CANANÉIA ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2018 NOME / CNPJ DA PROPONENTE**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE CANANÉIA ENVELOPE Nº 03 – PROPOSTA DE PREÇO**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2018 NOME / CNPJ DA PROPONENTE**

* 1. Os envelopes deverão ser entregues no endereço e horário mencionado no item e do preâmbulo deste Edital.
  2. A entrega poderá ser feita por qualquer pessoa em nome da empresa, no entanto, somente o representante devidamente autorizado na forma prevista no item 7.2 deste Edital, é que poderá exercer qualquer outra prerrogativa ou praticar qualquer ato dentro da presente licitação.
  3. Em hipótese alguma será concedido prazo suplementar para a apresentação dos envelopes ou permitida alteração, substituição do conteúdo dos mesmos ou ainda, a correção do que constar nos documentos e propostas.

## - CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO:

* 1. – Os participantes deverão apresentar os seguintes documentos, abaixo relacionados, em original ou em cópia, desde que não exigível a sua apresentação no original, dispostos ordenadamente, rubricados e numerados.
  2. – As **Microempresas** e **Empresas de Pequeno Porte** deverão apresentar **declaração** conforme modelo estabelecido no Anexo VI deste Edital visando ao exercício **do direito de preferência** e **fruição do benefício de habilitação com irregularidade fiscal**, e apresentada, preferencialmente, **FORA dos Envelopes nº 1** (Documentação) e **nº 2** (Proposta Comercial).
  3. – Todos os documentos deverão ser apresentados com prazos de validade em vigor na data da entrega dos envelopes.
  4. – Quando não houver explicitação de prazo de validade nos documentos referidos nos itens, os mesmos serão aceitos quando emitidos em data não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para apresentação do **ENVELOPE Nº 01 – “HABILITAÇÃO”.**
  5. – No que se refere à DOCUMENTAÇÃO COMPLETA, os licitantes deverão apresentar:

3.5.1 – **DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

1. **Registro empresarial na Junta Comercial**, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
2. **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
3. **Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores**, tratando-se de sociedade empresária;
4. **Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária**, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
5. **Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira** no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## 3.6 – DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda **(CNPJ)** ou no Cadastro de Pessoas Físicas **(CPF)**;
2. Prova de **inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, relativo à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais**

(inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

1. Certidão de **regularidade de débito com as Fazendas Estadual e Municipal**, relativa à sede ou do domicílio do licitante;
2. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(FGTS)**;
3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.
   * 1. – A comprovação de regularidade fiscal das **microempresas** e **empresas de pequeno porte** somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, porém, será obrigatória a apresentação durante a fase de habilitação dos documentos exigidos nas alíneas de “a” a “e” deste subitem, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.
     2. – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério desta Municipalidade, para a regularização da documentação, com emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes remanescentes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

## 3.7 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1. Certidão negativa de **falência, recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

a1) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

1. Somente será admitida a participação de empresa que possuir Índice de Liquidez Geral – ILG maior ou igual à 1,0 , Índice de Liquidez Corrente maior ou igual à 1,0 e Índice de Solvência – IS maior ou igual à 1,0, calculados com dados extraídos do balanço patrimonial (transcrição) ;

b1) Para melhor compreensão, a boa situação financeira da licitante deverá estar demonstrada em planilha, que será avaliada de acordo com os critérios a seguir:

ILG =

ILC=

ISG=

## ILG - ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL > 1,0

Ativo Circulante + Realizável a longo prazo Passivo circulante + Exigível a longo prazo

## ILC - INDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE: > 1,0

Ativo circulante Passivo Circulante

## ÍNDICE DE SOLVENCIA GERAL > 1,0

Ativo total Passivo circulante + Exigível a longo prazo

* + 1. – Todos os documentos de que trata este item deverão, quando for o caso, estar em plena validade na data fixada para a apresentação dos envelopes:

1. Na hipótese de não constar prazo de validade, a Prefeitura Municipal da Estância de Cananéia aceitará como válidos os documentos expedidos até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data fixada para a apresentação dos envelopes;
2. Ser apresentados em original ou por cópia autenticada, salvo os documentos obtidos por meio eletrônico, os quais a Comissão Permanente de Licitações confirmará a veracidade por meio de consulta à Internet, diretamente nos respectivos “sites” dos órgãos expedidores;
3. A autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original, pela Comissão Permanente de Licitações.
   * 1. – Indicação do responsável, ou responsáveis que assinarão o Termo de Contrato, com a qualificação completa e cargo que ocupa ou ocupam na empresa e, se procurador, o instrumento de mandato;
     2. – Indicação do preposto, para representá-lo na execução do contrato;
     3. – Declaração expressa de que:
4. Todo e qualquer contrato de sub empreitada relacionada com a obra deverá ser previamente submetida à Prefeitura que, por sua vez, estudará o interesse e conveniência dessa sub empreitada e, se concordar, de- verá dar anuência expressa;
5. Declarações conforme os modelos constantes dos Anexos IV, V, VI e VII.

## – QUALIFICAÇÃO:

## – Qualificação técnica:

* + 1. – Comprovação de aptidão para desempenho da licitante na elaboração de Plano Diretor Municipal de Turismo, com objeto igual ou similar a este edital, em município classificado como estância turística e/ou destino turístico, com atestado técnico fornecido(s) assinado por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde constem minimamente informações como: escopo dos serviços realizados, datas de início e término e relação da equipe técnica responsável pelos trabalhos.
    2. - Atestado de visita técnica dando ciência a execução dos serviços, emitido pela Secretaria Municipal de Turismo e Lazer.
    3. - Relação da equipe técnica responsável pela execução dos serviços, atendendo a Súmula Nº 25 do TCE/SP *- Em procedimento licitatório, a comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.*

3.9 – **OUTRAS COMPROVAÇÕES**

3.9.1 – Declarações subscritas por representante legal do licitante, elaboradas em papel timbrado, conforme Anexo VII deste Edital, atestando que:

1. Nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, a em- presa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
2. **Para o caso de empresas em recuperação judicial**: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo **e, ainda**, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
3. **Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial**: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extra- judicial estão sendo cumpridas;
4. **Para microempresas ou empresas de pequeno porte**: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº147, de 7 de agosto de 2014, cujos termos conheço na íntegra.

## DAS PROPOSTAS

* 1. O Anexo II deverá ser utilizado para a apresentação da Proposta, datilografado ou impresso, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, datado e assinado pelo licitante ou seu representante legal.
  2. A proposta deverá conter as seguintes indicações:

4.2.1- A denominação, CNPJ, endereço/CEP, telefone, e-mail do licitante e data;

4.2.2- Valores referentes aos serviços em algarismos e por extenso, expressos em moeda corrente nacional, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação;

4.2.3- Prazo de execução dos serviços de **210** (duzentos e dez) **dias** corridos, conforme Cronograma Físico-Financeiro dos Serviços constante e Termo de Referência, contados da data indicada pelo CONTRA- TANTE na Autorização para Início dos Serviços;

4.2.4- Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes documentação;

4.2.5- Declaração de que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado;

4.2.6- Declaração de que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no Termo de Referência; 4.2.7- É vedada apresentação de proposta parcial para esta contratação, devendo o licitante contemplar todos os itens que a integram.

4.2.8- Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

* 1. **Proposta Técnica**

4.3.1. Neste envelope nº. 2, deverá conter a Proposta Técnica detalhada, impressa em 01 (uma) via, somente anverso, com suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas e a última assinada pelo representante legal da licitante, sem emendas, borrões, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, sob pena de desclassificação, e dela constar os tópicos relacionados com observância e atendimento integral dos termos do Anexo I, não sendo admitida proposta parcial, e acompanhada das comprovações exigidas como Critérios de Julgamento e de Pontuação, podendo estar encadernada em volume próprio e/ou em tomo separado. Entende-se por “página” cada uma das faces que compõe uma folha de papel, contendo:

**I) Índice**

**II) Plano de trabalho e Cronograma Geral**

**III) Metodologia do Trabalho**

**IV) Conhecimento do Problema**

Para os itens I, II, III e IV o licitante deverá apresentar, de forma sucinta, contando no máximo 25 (vinte e cinco) páginas no formato A4, incluindo textos, figuras, gráficos e tabelas, o conhecimento sobre a problemática e a capacidade para proposição de ações, demonstrando habilidade para traduzi-lo em um plano factível para a implementação por meio da gestão pública municipal.

Deverá também abordar o cronograma do trabalho, a alocação da equipe ao longo das atividades, considerado o objeto do edital e do Termo de Referência, e o enfoque que será adotado para executar as atividades e obter os produtos esperados.

Apresentar de forma detalhada a Metodologia e Plano de Trabalho relativos à execução dos serviços objeto desta licitação, incluindo Fluxograma e Cronograma de Atividades.

**4.3.2. Pontuação das propostas técnicas**

As propostas técnicas serão julgadas e pontuadas com base nos critérios definidos a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **1** | **Conhecimento e Entendimento do Plano** | **100** |
| 1.1 | **Plano de Trabalho**  O plano de trabalho deverá apresentar o detalhamento da metodologia a ser utilizada para a realização dos trabalhos, acompanhada de quadro de planejamento das etapas e atividades contendo: identificação, objetivos, tarefas correspondentes a cada atividade, os responsáveis envolvidos na execução das referidas tarefas e cronogramas de execução.  Para efeito de pontuação, serão analisados o conteúdo, a capacidade de análise e síntese, o nexo com o escopo licitado e os aspectos relevantes relacionados com o escopo. Serão avaliadas as abordagens, demonstrações e indicações quanto à consistência, precisão e conformidade com o presente Edital, conforme os seguintes critérios:  - Conteúdo, consistência e clareza na descrição do Plano de Trabalho:  **Ótima: 20 pontos**  **Boa: 10 pontos**  **Média: 05 pontos**  **Ruim: 0 pontos** | **20** |
| 1.2 | **Conhecimento do Problema**  Demonstração de pleno conhecimento dos trabalhos a que se propõe executar, devendo apresentar os dados específicos de que disponha sobre o objeto da licitação, eventuais dificuldades identificadas com base no exame da documentação anexa ao edital e que devam ser solucionadas com a indicação das possíveis soluções a analisar.  Para efeito de pontuação, serão analisados o conteúdo, a capacidade de análise e síntese, o nexo com o escopo licitado e os aspectos relevantes relacionados com o escopo. Serão avaliadas as abordagens, demonstrações e indicações quanto à consistência, precisão e conformidade com o presente Edital, conforme os seguintes critérios:  - Conteúdo, consistência e clareza na descrição do Conhecimento do Problema**:**  **Ótima: 40 pontos**  **Boa: 20 pontos**  **Média: 10 pontos**  **Ruim: 0 pontos** | **40** |
| 1.3 | **Metodologia**  Na apresentação da proposta, deverá constar a descrição do conjunto dos fundamentos teóricos e conceituais, bem como as técnicas e os métodos empregados no desenvolvimento das atividades previstas no **Plano de Trabalho.**  Para efeito de pontuação, serão analisados o conteúdo, a capacidade de análise e síntese, o nexo com o escopo licitado e os aspectos relevantes relacionados com o escopo. Serão avaliadas as abordagens, demonstrações e indicações quanto à consistência, precisão e conformidade com o presente Edital, conforme os seguintes critérios:  - Conteúdo, consistência e clareza na descrição do Plano de Trabalho**:**  **Ótima: 40 pontos**  **Boa: 20 pontos**  **Média: 10 pontos**  **Ruim: 0 pontos** | **40** |

A avaliação total (final) das propostas, ou seja, o cálculo da Nota Final (NF), será efetuada com base na seguinte fórmula:

**4.3.3. Critérios de pontuação:**

As notas referentes aos quesitos de PLANO DE TRABALHO, CONHECIMENTO DO PROBLEMA E METODOLOGIA serão atribuídas de acordo com os seguintes critérios de qualificação, no julgamento dos documentos e informações apresentados na Proposta Técnica da LICITANTE:

**a)** **RUIM**: nesta qualificação será enquadrada a Licitante cujo item de avaliação: (i) não apresentou as informações e proposições mínimas requeridas; (ii) apresentou as informações e proposições com falhas, erros ou omissões que apontem para o conhecimento insuficiente dos assuntos; ou (iii) apresentou os conhecimentos em desacordo com as condições estabelecidas no Edital;

**b)** **MÉDIA:** serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a Licitante apresentou as informações e proposições mínimas requeridas, no Edital, mas não apresentou proposições ou organização no sentido de propiciar aperfeiçoamento perceptível dos métodos de trabalho ou um conhecimento diferencial dos problemas que apontem para melhorias em relação às condições mínimas exigidas para a execução dos serviços objeto da licitação; em resumo, serão qualificados como Regulares os itens de avaliação da Proposta que apenas atendam integralmente às condições mínimas estabelecidas;

**d) BOA:** nesta qualificação será enquadrada a Licitante cujo item de avaliação apresentou as informações e proposições mínimas requeridas em conformidade com as condições estabelecidas no Edital e seu Termo de Referência, mostrando, no entanto, conhecimento mais aprofundado do problema e das tarefas que está se propondo a realizar, mostrando evidência de que oferece condições de atuar com desempenho melhor do que o mínimo exigido pelo Edital;

**e) ÓTIMA:** nesta qualificação será enquadrada a Licitante cujo item de avaliação apresentou as informações e proposições além e acima das mínimas requeridas pela Prefeitura do Município de Indaiatuba e em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital e no seu Termo de Referência, mostrando além do profundo conhecimento dos aspectos relevantes, das etapas construtivas, dos problemas para sua implantação e dos aspectos ambientais, inovações de métodos de trabalho mais eficazes e eficientes.

**4.3.4. Notas referentes ao CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA DA EMPRESA**

Serão atribuídas, de acordo com os critérios abaixo detalhados:

1. Somente serão considerados, para fins de atribuição de notas, os fatos alegados e devidamente comprovados por atestados técnicos emitidos e assinados por pessoa jurídica de direito público ou privado nos quais deverão estar destacadas a experiência da empresa na realização de trabalhos, atentando para a Súmula 22 *“Em licitações do tipo técnica e preço, é vedada a pontuação de atestados que comprovem experiência anterior, utilizados para fins de habilitação.”*
2. **Quadro Nota Técnica Empresa Proponente**

|  |  |
| --- | --- |
| **CRITÉRIOS PARA ATRIBUIÇÃO DE PONTOS** | **PONTUAÇÃO MÁXIMA** |
| Atestado (s) Técnico (s) **da Empresa Proponente** envolvendo elaboração/revisão de Planos Diretores Municipais de Turismo para município classificado como estância turística e/ou destino turístico – **10 pontos/por atestado** | **30**  **pontos no total** |

**4.3.5. Notas referentes ao conhecimento e experiência do COORDENADOR GERAL**

1. Somente serão considerados, para fins de atribuição de notas, os fatos alegados e devidamente comprovados por atestados técnicos, emitidos e assinados por pessoa jurídica de direito público ou privado, nos quais deverão estar destacado o desempenho da função e a experiência do Coordenador Geral na realização de trabalhos.
2. **Quadro Nota Técnica do Coordenador Geral**

|  |  |
| --- | --- |
| **CRITÉRIOS PARA ATRIBUIÇÃO DE PONTOS** | **PONTUAÇÃO MÁXIMA** |
| Atestado (s) Técnico (s) envolvendo elaboração/revisão de Planos Diretores Municipais de Turismo para em município classificado como estância turística e/ou destino turístico – **10 pontos/por atestado** | **30**  **pontos no total** |

**4.4 Relação da Equipe Técnica e Horas Mínimas de Dedicação**

Deverá ser apresentada relação com os profissionais graduados envolvidos na elaboração dos trabalhos, devendo ser minimamente composta com os seguintes profissionais e horas de dedicação:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Mínimo** | **Função** | **Mínimo de Horas Mensais** | **Meses** | **Total de Horas** |
| 01 | Coordenador Geral | 20 | 7 | 140 |
| 01 | Turismólogo | 120 | 7 | 840 |
| 01 | Especialista em infraestrutura | 40 | 5 | 200 |
| 01 | Especialista em georprocessamento | 60 | 5 | 300 |
| 01 | Especialista Ambiental | 60 | 5 | 300 |
| 01 | Especialista Urbanismo | 40 | 5 | 200 |
|  |  | 20 | 7 | 140 |

**4.5. Somatória das Notas Técnicas**

NT = Nota Técnica

NT = NCEP + NCEE

Onde:

Nota de Conhecimento e Entendimento do Plano (NCEP)

Nota de Conhecimento Experiência da Empresa (NCEE)

## PROCEDIMENTOS E JULGAMENTO

* 1. Serão consideradas classificadas as propostas que atenderem integralmente às disposições deste Edital, observando-se o disposto no art. 48, inciso II, da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações;
  2. A classificação observará a ordem crescente dos preços propostos. Para essa finalidade, a Comissão Permanente de Licitações tomará o preço global de cada proposta;
  3. Será considerada vencedora a proposta que apresentar a pontuação, conforme fórmula abaixo:

Nota Final

|  |  |
| --- | --- |
| NF = | NT x 0,70 + NP x 0,30 |

Onde:

NF = Nota Final;

NT = Nota Técnica;

NP = Nota Preço.

Serão utilizadas apenas 2 (duas) casas decimais, arredondando-se para mais quando a terceira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco) e para menos se for igual ou inferior a 4 (quatro).

Será considerada vencedora do certame a proponente que obtiver a maior Nota Final (NF).

Em caso de empate nas notas finais, será considerada vencedora do certame a proponente que obtiver a maior Nota Técnica.

Persistindo o empate será considerada vencedora do certame a proponente que ofertar o menor preço.

5.3.1- Em caso de divergência entre os valores, prevalecerá o valor por extenso.

5.4- Em caso de empate, a decisão se dará obrigatoriamente por sorteio, em sessão pública, para a qual serão convocados os interessados;

5.5- Será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, que apresentarem propostas iguais ou até 10% (dez por cento) **superiores a proposta primeira classificada**; 5.5.1- Dentre aquelas que satisfaçam as condições previstas no item 5.5, a microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

1. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta;
2. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 5.5, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

b1) Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

5.5.2- O exercício do direito de preferência somente será aplicado se a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

5.5.3- Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no item 5.5, na ordem classificatória, para o exercício do direito de preferência;

a) Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no item 5.5.3, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora do certame.

## - PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA LICITAÇÃO E NA CONTRATAÇÃO

6.1- Os envelopes nº 1 e nº 2 contendo, respectivamente, os documentos de habilitação e a proposta comercial deverão ser entregues no Setor de Protocolo no Paço Municipal, sito a Avenida Independência, nº 374, Rocio, Cananeia/SP, CEP: 11990-000, até o horário previsto neste Edital para a apresentação da proposta.

6.2- O licitante poderá fazer-se representar neste certame desde que, no início da sessão pública, seu representante legal apresente cópia do contrato social ou estatuto da empresa, no qual lhe é outorgado amplo poder de decisão.

6.2.1- Caso o representante legal da licitante delegue esta função para um terceiro, este deverá apresentar a Carta Credencial, conforme **Anexo V** deste Edital, ou procuração pública ou particular, acompanhada de documento comprobatório dos poderes de quem a outorgou.

6.2.2- Não será admitido um mesmo representante para mais de uma licitante, nem de dois representantes ou mais para uma mesma licitante.

6.3- Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitações, objetivando a verificação das condições de participação e de habilitação dos interessados, serão iniciados em ato público no horário e local estabelecidos neste Edital.

6.4- Abertos os **envelopes nº 1** (documentação de habilitação), os documentos serão conferidos e rubrica- dos pela Comissão Permanente de Licitações e pelos representantes presentes;

6.4.1- Os **envelopes nº 2 e no 3** (proposta técnica e proposta comercial) dos licitantes inabilitados permanecerão fechados e deverão ser retirados pelos interessados no prazo de **trinta dias corridos** contados a partir da homologação, após o que serão inutilizados.

6.5- Havendo concordância de todos os licitantes quanto às decisões da Comissão Permanente de Licitações tomadas na fase de habilitação e expressa desistência quanto à interposição de recurso poderá ocorrer, na sequência, a abertura dos envelopes nº 2 **e no 3** (proposta técnica e proposta comercial);

6.5.1- Caso não ocorra a hipótese prevista no item 6.5, a Comissão marcará e divulgará, oportunamente, a data para a abertura dos envelopes nº 2 **e no 3** (proposta técnica e proposta comercial).

6.6- Das sessões lavrar-se-ão atas circunstanciadas nas quais serão registradas todas as ocorrências sendo, ao final, assinadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e pelos representantes devida- mente credenciados.

6.7- As comunicações referentes a este certame serão publicadas no portal eletrônico da prefeitura, no Jornal Gazeta de São Paulo, bem como no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE.

6.8- As impugnações e recursos deverão ser formulados nos prazos e na forma dispostos na lei;

6.8.1- As impugnações contra este Edital deverão ser dirigidas a Secretária de Compras e Licitações, protocolizados diretamente na Seção de Protocolo do Paço Municipal;

6.8.2- Os recursos contra os atos de habilitação ou de julgamento desta licitação deverão ser protocolados no Setor de Protocolo do Paço Municipal, Avenida Independência, 374, Rocio, Cananeia/SP, CEP: 11990-000, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações e dirigidos ao Prefeito do Município de Cananeia;

6.8.3- Admite-se impugnação e recursos por intermédio de e-mail [(compras@cananeia.sp.gov.br](mailto:(compras@cananeia.sp.gov.br) para impugnações e recursos), ficando a validade do procedimento condicionada à protocolização do original, nos respectivos setores no prazo de **48 horas.**

6.9- Os recursos contra as decisões da CPL – Comissão Permanente de Licitações nas fases de habilitação e julgamento das propostas, após sua apreciação e mantida a decisão, serão encaminhados à Presidência para decidir sobre os mesmos, sendo que, em seguida:

1. na fase de habilitação retomar-se-ão os procedimentos para o julgamento das propostas;
2. na fase de julgamento da proposta comercial, se for o caso, promover-se-á a homologação do certame e adjudicação do objeto ao vencedor.

6.10- A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de **Termo de Contrato**, a ser assinado pela adjudicatária no **prazo de 5 (cinco) dias úteis** contados da data da convocação, podendo ser prorrogado uma vez por igual período a critério deste Tribunal de Contas, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.11- Para assinatura do contrato, a empresa adjudicatária deverá comprovar a prestação de garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor contratado;

6.11.1- A garantia poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:

1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
2. Seguro-garantia, na forma da legislação aplicável;
3. Fiança bancária.

6.11.2- O seguro-garantia deverá conter:

a) Nas condições especiais a seguinte ressalva: “Para todos os efeitos desta cláusula, não se observa o disposto no item 8.2 das condições gerais (Circular Susep No. 232 de 03 de junho de 2003), tendo em vista o que estabelece o inciso III do art. 80 da Lei No. 8.666/93”.

6.11.3- A fiança bancária deverá conter:

1. Prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato;
2. Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento que for devido, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
3. Não poderá constar ressalva quanto à cobertura de multa administrativa, em consonância com o inciso III do artigo 80 da Lei 8666/93.

6.11.4- Se efetuada por meio de caução em dinheiro, esta deverá ser recolhida mediante depósito bancário junto ao Banco Bradesco, Agência 5988, conta corrente nº 3069-4, com fornecimento de comprovante de pagamento com autenticação digital;

6.11.5- A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a celebração do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o adjudicatário às penalidades legalmente estabelecidas.

6.12- Para a execução dos serviços não será permitida a subcontratação.

## - PRAZO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1- Os serviços deverão ser executados pela licitante conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo II, deste edital e serão recebidos pela Prefeitura Municipal da Estância de Cananéia;

7.1.1- Correrá por conta da Contratada as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como materiais, equipamentos, acessórios, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes de sua execução.

7.2- A empresa contratada deverá fornecer para a Prefeitura Municipal de Cananéia, **antes do início dos serviços e em até 10 dias após a publicação do extrato do contrato**, os seguintes documentos:

7.2.1- A Prefeitura de Cananeia terá **três dias úteis** para analisar os documentos entregues e emitir a **Autorização para Início dos Serviços**.

7.3- O prazo de execução dos serviços é de **210** (duzentos e dez) **dias** contados da data do recebimento pela contratada da **Autorização para Início dos Serviços**.

7.4- Os serviços a serem realizados e os materiais a serem fornecidos deverão obedecer às Normas reconhecidas, em suas últimas revisões, tais como:

7.4.1- Normas de Segurança do CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;

7.4.2- Normas de Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT - Informação e documentação – citações em documentos – apresentação: NBR 10520, Rio de Janeiro, 2002 e NBR 6023, Rio de Janeiro, 2002.

7.4.3- Normas e Instruções de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho;

7.4.4- Leis, Decretos, Regulamentos e Dispositivos Legais emitidos pelas autoridades governamentais, em âmbito Municipal, Estadual e Federal e pertinentes à execução dos serviços ora contratados.

7.5 - Executado, o objeto será recebido:

7.5.1- **Provisoriamente**, após apresentação do Plano Diretor de Turismo e seus anexos elaborados pela em- presa contratada à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, mediante Ata de Reunião e termo circunstanciado, assinado pelas partes em **até 10** (dez) **dias corridos**, contados da data em que a Contratada comunicar, por escrito, a conclusão total do objeto com apresentação do mesmo na referida reunião;

a) O recebimento provisório será caracterizado pela emissão do Termo de Recebimento Provisório, com expressa concordância em receber o objeto provisoriamente;

7.5.2- **Definitivamente**, pela Prefeitura, após considerações e aceito da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até **20** (vinte) **dias** da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório;

a) O Termo de Recebimento Definitivo será lavrado desde que a Prefeitura tenha aprovado a completa adequação do objeto aos termos contratuais.

7.6- Constatadas irregularidades no objeto, a Prefeitura, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá: 7.6.1- Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Termo de Referência - Anexo II deste edital, determinando sua substituição/correção;

7.6.2- Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes;

7.6.3- As irregularidades deverão ser sanadas pela Contratada, no prazo máximo de **dez dias úteis**, contados do recebimento da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.

## - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

8.1- Os preços ofertados na Proposta Comercial do licitante, deverão conter, além do lucro, todas e quais- quer despesas, tais como: materiais, mão-de-obra, equipamentos, transportes, cargas, seguro, encargos sociais e trabalhistas, taxas e impostos, inclusive alvarás, ligações provisórias e definitivas, acréscimos decorrentes de trabalhos noturnos, dominicais e feriados para cumprimento do prazo e regime de execução e quaisquer outras que ocorram, direta ou indiretamente, relacionadas com o custo para a consecução do objeto desta licitação.

8.2- Os pagamentos serão efetuados mensalmente pela Tesouraria do CONTRATANTE, com base nos serviços efetivamente executados e medidos, respeitados os limites estabelecidos no Cronograma Físico- Financeiro - Anexo II do Edital, mediante a comprovação do recolhimento de encargos e tributos referentes aos serviços prestados (INSS, FGTS e ISSQN), observando-se, no que couber, o previsto na ORDEM DE SERVI- ÇO GP Nº 02/2001 do CONTRATANTE;

8.2.1- Os pagamentos serão realizados mediante depósito na conta corrente bancária, em nome da CON- TRATADA, em 30 (trinta) dias após a emissão dos Atestados de Realização dos Serviços e do Termo de Recebimento Provisório, desde que a correspondente nota fiscal/fatura, acompanhada dos documentos referidos no item 8.2, sejam protocolados junto à Comissão de Fiscalização no prazo de até 3 (três) dias úteis contados do recebimento da comunicação do valor aprovado.

8.3- Conforme legislação vigente ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.

8.4- Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

8.5- Havendo divergência ou erro na emissão da documentação fiscal, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da documenta- ção fiscal.

8.6- Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

8.7- A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente no CONTRATANTE.

8.8- Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da CONTRATA- DA no “Cadastro Informativo de Crédito não Quitados de Órgão e Entidades Estaduais - CADIN ESTADUAL”. 8.9- Quando for constatada qualquer irregularidade na nota fiscal/fatura, será imediatamente solicitada à CONTRATADA, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada para a Comissão de Fiscalização no prazo de 2 (dois) dias.

8.10- Caso a CONTRATADA não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado a partir da data da sua apresentação.

8.11- O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN é devido no Município onde os serviços estão sendo executados em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar no 116, de 31 de julho de 2003.

8.12- Quando da emissão da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA O ISS”. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

8.13- O CONTRATANTE, na qualidade de responsável tributário, deverá reter e recolher a importância cor- respondente ao ISSQN, na forma da legislação vigente.

8.14- No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial.

8.15- No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

8.16- A não apresentação das comprovações de que tratam as cláusulas 8.14 e 8.15 assegura ao CONTRA- TANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos seguintes.

8.17- Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da CONTRATADA, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calcula- dos “pró-rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

8.18- Não será considerado atraso no pagamento, as retenções efetuadas em virtude da aplicação da Resolução nº 5, de 1º de setembro de 1993, alterada pela Resolução nº 3/2008.

## - DOS ANEXOS:

* 1. Fazem parte integrante do presente Edital, os seguintes anexos:

**ANEXO I** – Recibo de retirada de edital;

**ANEXO II** – Termo de Referência;

**ANEXO III** – Proposta comercial;

**ANEXO IV** – Minuta de contrato;

**ANEXO V** – Carta credencial;

**ANEXO VI** – Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte;

**ANEXO VII –** Modelo de arquivo de declarações;

**ANEXO VIII** – Atestado de visita técnica;

**ANEXO IX** – Termo de Ciência e de Notificação do TCE-SP.

Cananéia/SP, 29 de outubro de 2018.

## GABRIEL DOS SANTOS OLIVEIRA ROSA

**Prefeito Municipal**

**THAYSSA MALUFF DE MELLO**

**Secretária Municipal de Turismo e Cultura**

**ANEXO I**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2018 PROCESSO Nº 047/2018 - EDITAL Nº 045/2018**

**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL**

Denominação: CNPJ:

Endereço: e-mail: Cidade: Estado: Telefone: Fax:

Obtivemos, através do acesso à página [www.cananeia.sp.gov.br,](http://www.cananeia.sp.gov.br/) nesta data, cópia do instrumento convoca- tório da licitação acima identificada.

Local: de de 2018.

Nome:

Senhor Licitante,

Visando à comunicação futura entre este Tribunal de Contas e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo à Secretaria Municipal de Compras e Licitações, pelo e- mail [compras@cananeia.sp.gov.br.](mailto:compras@cananeia.sp.gov.br)

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal da Estância de Cananeia da comunicação, através de e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Recomendamos, ainda, consultas à referida página para eventuais comunicações e ou esclarecimentos disponibilizados acerca do processo licitatório.

## ANEXO II

**TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2018 - PROCESSO Nº 047/2018 EDITAL Nº 045/2018**

**TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

1. **JUSTIFICATIVA: ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL.**

O turismo é uma atividade polissêmica que envolve relações desenvolvidas em um determinado espaço, o qual é composto por uma paisagem aliada a processos e atributos diferenciados do cotidiano do turista, em um determinado período de tempo, amparada por uma série de aparatos estruturais, econômicos e sociais.

Nesse contexto, as atividades deste componente se concentrarão nos investimentos relacionados com o planejamento, a recuperação e a valorização dos atrativos turísticos públicos necessários para promover, consolidar e/ou melhorar a competitividade dos destinos em modalidades ou tipos específicos de turismo.

O componente também integrará as ações destinadas a alinhar os investimentos privados em segmentos ou nichos estratégicos, bem como aquelas destinadas a melhorar a competitividade dos empresários turísticos, por meio do aprimoramento da organização setorial, da qualidade dos serviços e do acesso a fatores produtivos.

Conceitualmente, o produto turístico relaciona-se diretamente com a motivação em viajar a um destino. Tem como base os atrativos naturais e culturais, tangíveis ou intangíveis que originam o deslocamento do turista a um espaço geográfico determinado, e inclui os equipamentos e serviços necessários para satisfazer a motivação da viagem e possibilitar o consumo turístico. Os produtos turísticos definem a distinção e o caráter do destino. Por isso, é importante desenvolver uma estratégia coerente onde se priorizam os produtos que melhor consolidem com maior eficiência a imagem de cada destino, gerando maior rentabilidade a curto, médio e longo prazo.

## CONCEITUAÇÃO TÉCNICA E METODOLÓGICA.

A metodologia a ser desenvolvida para a elaboração do PDITS da Área Turística do Município, aqui entendida como o conjunto dos fundamentos teóricos, das técnicas e dos métodos empregados para desenvolvimento das atividades listadas nos próximos itens, e devem considerar os seguintes princípios:

## Planejamento estratégico voltado ao mercado turístico:

Definir produtos e mercados para concentração de esforços, identificando-se os pontos fracos e fortes, as oportunidades e as ameaças e analisando-se as medidas necessárias para a correção de rumo e a busca por maior competitividade; os investimentos devem consolidar a posição da área turística no mercado turístico, atendendo aos requerimentos dos segmentos de demanda e levar em conta a necessidade de diferenciação de destinos competidores;

## Desenvolvimento sustentável:

Deverá atender e beneficiar os turistas e principalmente a população local, beneficiando-os das mais diversas formas, sejam elas na geração de emprego e renda, no uso dos recursos naturais de forma que supra as necessidades atuais sem comprometer a capacidade de atender as futuras gerações, tendo como base a Agenda 21 local; da provisão de infraestrutura e melhoria dos espaços urbanos disponíveis e utilizáveis; da prevenção e controle dos impactos estratégicos (oportunidades e riscos ambientais) decorrentes do desenvolvimento turístico.

## Planejamento participativo:

Todas as atividades a serem realizadas deverão respeitar a metodologia participativa, compreendendo- se as comunidades como detentoras de conhecimento a ser compartilhado e protagonista do processo, procurando valorizar o conhecimento e a experiência de cada participante, propiciando momentos de troca de experiências e fomentando a ajuda mútua e responsável pelo desejo e pela iniciativa de empreender processos de mudança. Neste momento, o processo participativo é de suma importância, pois tem o intuito de fortalecer as ações entre os representantes dos setores público e privado, que intervenham ou possam ser afetados pelo turismo, incluindo as organizações sociais;

## Planejamento integrado:

Deverá definir as ações necessárias para melhorar a competitividade do município como destino turístico num único plano, integrando os responsáveis pela execução dessas ações e das fontes de financiamento.

## Resumo executivo dos projetos:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável** | | | |
| **Eixo** | **Tema** | **Produto** | **Variável** |
| Contextualização Municipal | Inventário | 01. Inventário da Oferta Turística | |
| Georreferenciamento | 02. Georreferenciamento e Geoprocessamento Turístico | |
| **1 - Audiência Pública Apresentação e Discussões dos Resultados** | | | |
| Análise Situacional | Diagnóstico | 03. Diagnóstico Situacional do Destino | Oferta Turística |
| Gestão Ambiental |
| Comunicação Integrada |
| Infraestrutura Urbana e Turística |
| Pesquisa | 04. Pesquisa de Demanda e Fluxo Turístico | |
| 05. Pesquisa de Sensibilidade Turística Local | |
| **1 - Oficina (Analise Situacional e Construção da Matriz Swot)** | | |
| Potencialidade | 06. Estudo de Potencialidade Turística e Análise de Swot | |
| **2 - Audiência Pública Apresentação e Discussões dos Resultados** | | | |
| Prognóstico | Planos das Variáveis | 07. Plano de Gestão Ambiental | |
| 08. Plano de Melhoria Urbana e Infraestrutura Turística | |
| 09. Plano de Fortalecimento Institucional | |
| 10. Plano de Comunicação Integrada | |
| **2 - Oficina (Discussão dos Resultados do Prognóstico)** | | | |
| Resultados | Plano Diretor de Turismo | 11. Plano Diretor de Turismo | |
| Resumo e Cronograma | 12. Resumo Executivo e Cronograma Físico | |
| **Conferencia Municipal de Turismo - Apresentação do Plano Diretor de Turismo** | | | |

1. **EIXO 01 – CONTEXTUALIZAÇÃO MUNICIPAL. 3.1.Inventário Turístico.**

**Resumo:** Inventário do Turismo.

**Detalhamento:** O levantamento de informações turísticas e complementares é fundamental para a construção de um pensamento estratégico sobre aquilo que se pretende em relação ao destino.

O inventário deverá levantar, identificar, registrar e organizar as informações sobre os atrativos, serviços e equipamentos turísticos, as estruturas de apoio ao turismo, as instâncias de gestão e outras condições gerais que viabilizam a atividade turística, como base de informações para que se planeje e gerencie adequadamente o processo de desenvolvimento. Com isso, é possível embasar as ações de planejamento, gestão, promoção e incentivo à comercialização do turismo no município.

A construção do INVENTÁRIO TURÍSTICO pressupõe, ainda, uma visão integrada da realidade do polo turístico sob os aspectos relacionados à cadeia produtiva do turismo (produto e mercado) e à gestão do turismo, além daqueles relacionados os de âmbito: social, econômico, ambiental, infraestrutura e dos serviços básicos (saneamento básico, energia elétrica, comunicação, acessos e transportes).

## O inventário estará estruturado da seguinte forma:

1. Apresentação

Apresentar sobre a importância da realização do Inventário da Oferta Turística.

1. Metodologia

Evidenciar o trajeto percorrido na realização do trabalho e as categorias nas quais é dividido.

* 1. O Município no Estado

Descrever o município dentro do estado, quais são as suas principais atividades, a região que ele está inserido e o circuito turístico que pertence.

1. Aspectos Históricos
   1. Histórico do Município

Discorrer sobre a história do município, formação administrativa e origem do nome do Município.

1. Gestão Pública do município
   1. Legislação Pertinente

Relatar sobre as leis de interesse turístico e ambiental.

* 1. Gestão municipal do Turismo

Informar sobre os órgãos e departamentos municipais de Turismo do município.

* 1. Instâncias de Governança do Turismo

Realizar o levantamento das instâncias de governanças ativas ou inativas no município.

1. Caracterização Geral do Município

Caracterizar, no contexto do Plano de Desenvolvimento do Turismo Integrado e Sustentável, o município quanto ao meio físico, biológico e socioeconômico para compreender a dinâmica do turismo e suas componentes frente a essa caracterização, bem como subsidiar as tomadas de decisões voltadas para o desenvolvimento sustentável no âmbito ambiental, sociocultural, econômico e político- institucional.

* 1. Localização

Apresentar localização em latitude e longitude do município com base nas informações disponibilizadas pelo IBGE, bem como conter um mapa com os municípios do entorno e dados gerais do território (área do município, altitude média, nomes dos municípios de divisa municipal). Deve ser apresentada a macrorregião e a microrregião ao qual o município pertence, descrevendo dados gerais da região apresentada (município pertencentes, população estimada, densidade demográfica, entre outros), acompanhados pelos mapas dessas regiões.

* 1. Acessos

Citar as principais vias terrestres, aéreas e aquáticas de acesso ao município, apresentando os nomes dessas vias e os principais municípios ou regiões que se conectam ao município por meio dessas vias, bem como apresentar as principais vias internas do município que permitam o acesso aos atrativos turísticos e equipamentos de apoio ao turismo.

* 1. Clima

Caracterizar o clima com base na classificação de KÖPPEN apresentando os dados das séries histórica quanto aos valores da temperatura (máxima, média, mínima) ao longo do ano e a precipitação média mensal, bem como apresentar uma descrição das principais características climáticas do município.

* 1. Hidrologia

Apresentar um mapa esquematizando os principais cursos d’águas do município, bem como uma descrição geral da bacia hidrográfica ao qual está inserido, o órgão responsável pela gestão da bacia (comitê de bacia) e as características gerais da hidrologia no município.

* 1. Vegetação

Apresentar um mapa esquematizando com base no inventário florestal ou mapa de cobertura vegetal do Ministério do Meio Ambiente, bem como uma descrição geral de suas características da vegetação e como se encontra distribuída no município.

* 1. Aspectos Socioeconômico

Descrever sobre a característica demográfica, índice de desenvolvimento humano, produto interno bruto, atividades econômicas e educação.

* + 1. Características Demográficas

Caracterizar a população e do território seguindo alguns critérios como área territorial, grau de urbanização, taxa de envelhecimento, índice de gênero, Índice de Desenvolvimento Humano

* + 1. Produto Interno Bruto

Caracterizar a importância do PIB e o percentual do PIB em cada atividade econômica.

* + 1. Atividades Econômicas

Descrever as principais atividades econômicas do município e relacionar as mesmas com as atividades do turismo.

* + 1. Educação relacionada ao turismo

Listar os estabelecimentos de ensino relacionados ao turismo.

* + 1. Saúde relacionada ao turismo

Listar as principais unidades básicas de saúde, hospitais e pronto atendimento relacionada ao turismo

* 1. Infraestrutura básica voltada/necessária ao atendimento ao turismo

Descrever sobre a infraestrutura de abastecimento de água, sistema de energia elétrica, resíduos sólidos, rede de esgoto, transporte rodoviário e rural, e segurança pública relacionadas ao turismo:

1. Atrativos Turísticos

Os atrativos turísticos deverão ser divididos de acordo com a sua segmentação, com apresentação de dados e fotos coletados in loco.

Apresentação dos seguintes dados: contato, endereço, taxa de entrada, sinalização indicativa e interpretativa, horário de funcionamento, transporte público para chegar até o local, coordenadas geográficas, estrutura do atrativo (bancos, equipamentos de alimentação, lixeiras, diferencias de atração, entre outros), capacidade de carga, Preço médio, e breve descritivo do local e das atividades prestadas. A seguir, as principais segmentações dos atrativos.

Os atrativos turísticos são divididos em segmentações entre elas: Rural, Histórico – Cultural, Religiosos, Naturais, Aventura, Cientifico Educacional, Manifestações Culturais, Atrativos Industriais e outros atrativos que possam existir na cidade.

* Atrativos Rurais – Estão localizados na área rural do município, alguns exemplos, adegas, alambique, fazendas, pesque e pague, entre outros atrativos que estejam localizados na área rural.
* Atrativos Histórico-Culturais – Museus, conjuntos arquitetônicos, lugares de referências históricas, sítios arqueológicos, entre outros atrativos que remetam a história ou a cultura.
* Atrativos Religiosos – Igrejas, Templos e lugares que cultuem os ritos do Sagrado.
* Atrativos Naturais – Unidades de Conservação, Lagos, Rios, Fonte, Lagoa, Praias, Caverna, Gruta, Cachoeiras, Serra, Chapada, entre outros lugares que o principal atrativo seja natural.
* Atrativos de Aventura – Kartódromo, Campo de Paintball, Voo de Balão, Parapente, Asa Delta, Para- quedismo, entre outras atividades de aventura.
* Atrativos Científicos – Educacionais – Universidades, Institutos Federais e Estaduais, e Escolas Técnicas.
* Manifestações Culturais – Comunidades (Quilombolas, Indígenas, Caiçara, de Imigração e Extrativistas), Artesanato, Festas da Cidade.
* Atrativos Industriais – Fábricas que abrem para a visitação.
* Equipamentos de Eventos
* Equipamentos de Lazer
* Serviços e Equipamentos turísticos

1. Caracterização do Trade Turístico

Descrever os meios de hospedagem e serviços de alimentação.

* 1. Meios de Hospedagem
  2. Serviços de Alimentação
  3. Serviços de Apoio ao Turista

Listar os serviços de apoio ao turista com informações de endereço e contato:

* Agências Bancárias e Lotéricas;
* Postos de Saúde e Hospitais;
* Oficinas Mecânicas;
* Postos de Gasolina;
* Serviços de Segurança (Policia Militar, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil);

1. Síntese do Inventário

Apontar os principais pontos discutidos no inventário: panorama da oferta turística.

## 3.2. Integração de bases georreferenciadas de apoio ao Turístico.

**Detalhamento*:*** integração de bases georreferenciadas disponíveis e dos atrativos captados no inventário, com as bases consagradas em órgãos públicos federais e estaduais, como perímetro, hidrografia, vias e imagens de satélite (ortofotos) e organização das informações coletadas em campo durante o trabalho de inventário. O trabalho de campo consistirá na obtenção de coordenadas e marcação dos pontos como atrativos turísticos, serviços turísticos e serviços de apoio ao turismo. A equipe técnica apresentará um relatório com pontos coletados e suas coordenadas, bem como um mapa com os pontos georreferenciados no município. Ao final do plano pretende-se ainda entregar os pontos georreferenciados em formato SHP, KML e KMZ.

Para o turismo, a cartografia no geoprocessamento, inclui atividades de grande relevância para roteiros turísticos, mapas ou folders temáticos, distância entre cidades, estradas, equipamentos de lazer, etc., guia de viagens, altitude em relação ao nível do mar, circuito de festas e comemorações religiosas, roteiro de cidades vizinhas turísticas e trajeto de trilhas e esportes de aventura, entre outras modalidades de materiais que podem ser usados e que necessitam estar bem sinalizados e elaborados.

Georreferenciamento é o processo de tornar as coordenadas conhecidas num dado sistema de referência dos atrativos e equipamentos de apoio ao turismo e apresentar em uma imagem ou um mapa ou qualquer outra forma de informação geográfica.O primeiro complemento desenvolvido é sobre um arquivo eletrônico em formato ODF - *Open Document File* (BrOffice - pacote livre de aplicativos padrão no Governo Federal), no qual são preenchidos os dados resultantes do levantamento de campo. Assim que processados, os dados podem ser verificados de forma eficiente e eficaz pelos técnicos que executam o georreferenciamento. Os dados contidos na planilha são a fonte primária para produção de planta e de memorial descritivo, fidedignos à realidade existente em campo.

Este trabalho consisti na visita técnica, cujo objetivo será percorrer todo município, georreferenciando pontos como atrativos turísticos (natural, histórico-cultural, religioso, urbano, rural, eventos e negócio), serviços turísticos (meios de hospedagem, gastronomia e agências de viagem), serviços de apoio ao turista (bancos e lotéricas, correios, postos de gasolina, saúde, serviços de emergência, equipamentos urbanos – centrais de atendimento ao turista, rodoviária, ginásios de esporte, estádios, centre de eventos - e transporte).

Itens como mecânicas, farmácias e sistemas de comunicação não serão georreferenciados, porém estarão descritos no inventário com informações básicas como nome, telefone e endereço. Os serviços turísticos a serem inseridos no inventário deverão ser definidos previamente pelo município e equipe técnica, considerando sua relevância com a atividades turística.

Para esta etapa estima-se 3 a 5 dias, conforme o tamanho do município e quantidade de serviços e atrativos oferecidos. Após as visitas técnicas será entregue um relatório digital em formato PDF, contendo informações como: dias visitados, equipe técnica, metodologia, seleção de fotos de entrevistas ou locais visitados e tabela com pontos georreferenciados.

Todos os mapas apresentados deverão seguir os padrões e normas técnicas em cartografia adotadas, propostas e referendadas pelo CONCAR – Conselho Nacional de Cartografia. O georreferenciamento geodésico deverá ser efetuado tomando como referência padrão segundo definição do IBGE – referencia quanto a Datum Vertical e horizontal e demais padrões cartográficos. Deve-se especificar claramente qual sistema de projeção foi utilizado – seja UTM, WGS84 ou outro compatível com sistema adotado no Brasil.

Os mapas vetoriais deverão ser entregues nos formatos passiveis de exportação para sistema ArcGis ou compatíveis com padrão OpenGIS. E as imagens georreferenciadas deverão ser entregues em formato GEOTIFF ou JPEG.

Adotar padrão de legenda vigente segundo normas CONCAR, IBGE, DSG e a escala devera ser condicionada ao tipo de empreendimento em analise – predominantemente linear, espacial, pontual, por nível de exigência de acurácia e precisão especifica de cada classe turística.

Devera ser considerada quando da representação de informações na forma de mapas temáticos o fator unidade mínima de mapeamento, a ser definida segundo escala e acurácia requerida.

Deverá ser elaborado uma para por segmento de atrativo (natural, rural, religioso, entre outros), bem como para cada equipamento de apoio ao turismo (equipamentos urbanos, gastronomia, meios de hospedagens, entre outros).

## O georreferenciamento dos atrativos turísticos e equipamentos de apoio ao turismo estará estruturado da seguinte forma:

1. Metodologia

Apresentar a metodologia de coleta de dados e elaboração dos mapas.

1. Geprocessamento e Georreferenciamento

Apresentar uma conceitualização quanto aos seus aspéctos teóricos pertinente são tema.

1. Georreferenciamento dos Atrativos Turístico

Apresentar um panorâma geral da distribuição de cada atrativo turístico identificado no inventário do município, bem como sua localização frente as coordenas e a percepção no espaço territorial do município. Elaborar um mapa com todos os pontos coletados referente aos atrativos turísticos em análise do município, acompanhado pela tabela com o nome e as respectivas coordenadas (Universal Transversa de Mercator – UTM) dos atrativos turísticos.

* 1. Atrativos Turísticos

Apresentar um mapa com todos os atratívos turísticos juntos, apresentando legendas distintas para reconhecimento de cada tipo de atrativo.

* 1. Atrativos Naturais

Trata-se de Unidades de Conservação, Lagos, Rios, Fonte, Lagoa, Praias, Caverna, Gruta, Cachoeiras, Serra, Chapada, entre outros lugares que o principal atrativo seja natural.

* 1. Atrativos Rurais

Estão localizados na área rural do município, alguns exemplos, adegas, alambiques, fazendas, pesque e pague, entre outros atrativos que estejam localizados na área rural.

* 1. Atrativos Religiosos

Trata-se de Igrejas, Templos e lugares que cultuem os ritos do Sagrado.

* 1. Atrativos Histórico-Culturais

Trata-se de Museus, conjuntos arquitetônicos, lugares de referencia histórica, sítios arqueológicos, entre outros atrativos que remetam a história ou a cultura.

* 1. Atrativos de Aventura

Trata-se de Kartódromo, Campo de Paintball, Voo de Balão, Parapente, Asa Delta, Paraquedismo, entre outras atividades de aventura.

* 1. Atrativos Científicos-Educacionais

Trata-se de Universidades, Institutos Federais e Estaduais, e Escolas Técnicas.

* 1. Manifestações Culturais

Trata-se da Comunidades (Quilombolas, Indígenas, Caiçara, de Imigração e Extrativistas), Artesanato, Festas da Cidade.

* 1. Atrativos Industriais

Fábricas que abrem para a visitação.

\*\* Quaisquer outros atrativos turísticos podem ser incluídos \*\*

1. Georreferenciamento dos Equipamentos de Apoio ao Turismo

Apresentar um panorâma geral da distribuição de cada equipamento de apoio ao turismo identificado no inventário do município, bem como permitir sua localização frente as coordenas e a percepção de se encontrar na área urbana ou rural do município.

Elaborar um mapa com todos os pontos coletados referente aos equipamentos de apoio ao turismo em análise do município, acompanhado pela tabela com o nome e as respectivas coordenadas (Universal Transversa de Mercator – UTM) dos atrativos turísticos.

* 1. Equipamentos Turísticos

Apresentar um mapa com todos os equipamentos turísticos (praças, parques) juntos, apresentando legendas distintas para reconhecimento de cada tipo de atrativo.

* 1. Meios de Hospedagens

Os meios de Hospedagem são hotéis, pousadas, pensão, albergues, camping e locais que alugam casas para temporada.

* 1. Serviços de Alimentação

Os serviços de alimentação são restaurantes, lanchonetes, padarias e quiosques. As padarias devem possuir um espaço com mesas e cadeiras para consumo no local.

* 1. Serviços de Apoio ao Turista

Listar os serviços de apoio ao turista com informações de endereço e contato.

* + - Agências Bancárias e Lotéricas;
    - Postos de Saúde e Hospitais;
    - Oficinas Mecânicas;
    - Postos de Gasolina;
    - Serviços de Segurança (Policia Militar, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil);
    - Representações Diplomáticas.

1. Considerações

Analisar a distribuição dos atrativos e equipamentos de apoio ao turismo no município e principais ações que o georreferenciamento pode contribuir para o Turismo e seus segmentos.

1. Referência Bibliográficas

Deve ser padronizado conforme a ABNT:

* ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – citações em documentos – apresentação: NBR 10520. Rio de Janeiro, 2002.
* ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – referências – elaboração: NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.

## 4. EIXO 02 – ANÁLISE SITUACIONAL. 4.1.Diagnóstico de Oferta Turística

**Resumo:** Este produto consiste na organização das informações coletadas durante o trabalho de inventário, bem como uma análise qualitativa dos dados, além da percepção dos profissionais sobre o assunto e caso necessário a realização de uma nova visita ao município

**Detalhamento:** Esse documento foi produzido para entender o que será abordado no estudo do Diagnóstico da Oferta Turística que faz parte do Plano do Turismo Integrado e Sustentável. Para melhor compreensão, a definição de inventário turístico é necessário para a compreensão do objetivo dessa etapa. O diagnóstico pode ser entendido como a investigação, a reflexão, a compreensão e o juízo dos dados procedentes de realidade empírica (com base no inventário turístico), com fins de operacionalização (Barretto, 2005).

O processo de diagnosticar é complexo e demorado, pois é uma visão turística e abrangente do município contendo analises nos âmbitos turísticos, infraestrutura, ambiental e de comunicação integrada. Portanto, o diagnóstico tem como principal objetivo apontar deficiências e oportunidades para o desenvolvimento de projetos para melhorias da atividade turística.

## O Diagnóstico da Oferta Turística estará estruturado da seguinte forma:

1. Diagnóstico da Oferta Turística

Analisar os atrativos, trade turístico, politicas institucionais e movimento econômico do turismo. Seguindo os critérios que serão apresentados a seguir.

* 1. Hierarquização dos Atrativos

Hierarquizar os atrativos turísticos. A hierarquização dos atrativos é uma adaptação do modelo utilizado pela Organização Mundial de Turismo (OMT) e Centro Interamericano de Capacitação Turística (CICATUR).

A avaliação feita por meio da hierarquização possui os seguintes critérios:

* + - Potencial de Atratividade – características, peculiaridades e interesses que podem motivar o turista a visitar o atrativo;
    - Grau de uso atual – fluxo turístico atual e a importância do mesmo para o destino;
    - Representividade – Singularidade ou raridade do atrativo;
    - Apoio local – interesse da comunidade pelo atrativo;
    - Estado de Conservação – conservação da paisagem do atrativo;
    - Infraestrutura – Verificar se existe infraestrutura e o estado de conservação.

Para cada critério avaliado é aplicado uma pontuação e ao final da avaliação tem-se um panorama em qual grau de desenvolvimento o atrativo se encontra.

1. Analise do Trade Turístico

Analisar os Meios de Hospedagem, Serviços de Alimentação e Serviços e Equipamentos de Apoio ao Turismo, quanto aos critérios que serão apresentados a seguir.

* 1. Meios de Hospedagem

Analisar os meios de hospedagem quanto a capacidade máxima, taxa de ocupação mensal, segmentação hoteleira, capacitação técnica dos funcionários, manutenção do empreendimento e serviços prestados.

* 1. Serviços de Alimentação

Analisar os serviços de alimentação quanto a capacidade máxima, tipo de serviço e tipo de cozinha, e se serve algum prato típico local.

* 1. Serviços e Equipamentos de Apoio ao Turismo

Analisar os serviços e equipamentos de apoio quanto ao tipo de informação prestada ao turista e se comercializarem roteiros no destino, analise do roteiro ofertado.

1. Politicas Institucionais

Tratar das politicas institucionais praticadas no município e analisá-las de acordo com a sua funcionalidade e os resultados gerados pelas políticas.

* 1. Legislação Pertinente ao Turismo

Analisar a legislação pertinente ao turismo apresentada no inventário com os critérios de funcionalidade, identificando se a legislação é utilizada, e os resultados gerados pela utilização da lei, a mesma é seguida da maneira correta e quais são os benefícios dessa legislação.

* 1. Gestão Municipal do Turismo

Analise institucional da capacidade humana e física da gestão turística, visando compreender a sua funcionalidade e a interação da mesma nos âmbitos regional, estadual e federal. E os projetos que são desenvolvimentos pelos órgãos municipais de turismo.

* 1. Instância Governamental

Analisar o funcionamento dos órgãos COMTUR, FUMTUR, Convention Visitors e Bureau, Circuitos, entre outros órgãos relacionados ao turismo que o destino tenha ou participe. Seguindo os critérios de funcionalidade – as instâncias estão ativas ou inativas, quais são as ações desempenhadas por ela, e a interação entre poder público, trade turístico e órgãos.

* 1. Segmentação Turística

Analisar e estruturar as segmentações já existentes no destino e em seguida identificar segmentações potenciais.

* 1. Movimentação Econômica

Apresentar dos valores recolhidos de ISS dos empreendimentos que estão listados no inventário, mostrando assim, a importância do turismo para a economia local.

1. Referência Bibliográficas

Deve ser padronizado conforme a ABNT:

* ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – citações em documentos – apresentação: NBR 10520. Rio de Janeiro, 2002.
* ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – referências – elaboração: NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.

## 4.2.Diagnóstico de Gestão Ambiental Voltado ao turismo

**Resumo:** O diagnóstico de gestão ambiental trata-se da sustentabilidade ambiental no turismo, que consiste na análise e interpretação da gestão ambiental da área de estudo, a partir da interação e da dinâmica de seus componentes turísticos e correlatos em relação à legislação ambiental e a gestão territorial.

**Detalhamento:** As questões ambientais são tema de políticas e legislações ambientais diversas. A Constituição Federal de 1988, no Art.225 descreve que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações”. Desta forma, têm-se no referido artigo o direito atribuído a todos de viver em um ambiente ecologicamente equilibrado e de usufruir do mesmo, bem como a imposição feita não é apenas direcionada ao poder público, mas também à coletividade de preservá-lo.

Neste contexto o Plano de Desenvolvimento do Turismo Integrado e Sustentável tem como uma das etapas, o diagnóstico, que consiste na investigação das informações levantadas pelo inventário, visando identificar as potencialidades e vocações das localidades que pretendem investir no turismo, contemplando áreas rurais e urbanas, como alternativa de desenvolvimento socioeconômico. O diagnóstico analisa os aspectos da gestão ambiental, turístico, infraestrutura e comunicação da área de estudo.

As legislações ambientais de interesse turístico envolve a Política Ambiental (municipal, regional, estadual), a Política Municipal Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), Política Municipal de Gestão dos Recursos Hídricos ou da Bacia ao qual está inserida atentando ao Plano Nacional de Recursos Hídricos e demais legislações pertinentes, entre outras.

A legislação de gestão territorial de interesse turístico que são importantes para análise do turismo no espaço urbano e rural do município ou região envolve o Plano Diretor (trata da organização e ocupação do seu território que é resultado de um processo político, dinâmico e participativo que mobiliza o conjunto da sociedade, todos os segmentos sociais, para discutir e estabelecer um pacto sobre o projeto de desenvolvimento do município) e a Lei de Zoneamento (disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo).

Para o desenvolvimento do Plano de Gestão Ambiental é preciso um diagnóstico detalhado dos projetos ambientais existentes ou em fase de aprovação, das legislações ambientais e de gestão territorial de interesse turístico no âmbito municipal, regional, estadual e federal; bem como uma análise dos atrativos e trades (gastronomia e Meios de Hospedagens) frente as atual situação sob os aspectos do uso e ocupação do solo na legislação pertinente.

## O Diagnóstico de Gestão Ambiental estará estruturado da seguinte forma:

1. Gestão ambiental no turismo

Apresentar os principais conceitos relacionados à gestão ambiental sob o aspecto da legislação ambiental e de gestão territorial no âmbito do turismo sustentável, assim como seus objetivos, de modo a permitir bases teóricas para o entendimento da análise e estudos que serão abordados nesta etapa em relação aos atrativos turísticos e equipamentos de apoio ao turismo (gastronomia e Meios de Hospedagens, por exemplo) sob a ótica do meio ambiente.

O objetivo deste diagnóstico é conceber o planejamento do meio ambiente em seus diversos segmentos (físico, biológico e socioeconômico) em conjunto com as atividades relacionadas ao turismo. Esta etapa visa permitir através do Plano de Gestão Ambiental a estruturação do turismo de forma sustentável, além de dar base ambiental para o desenvolvimento dos projetos de infraestrutura que serão apontados no diagnóstico de infraestrutura e apresentados e estruturados no Plano de Melhoria Urbana e Infraestrutura Turística na fase do prognóstico em conjunto com os critérios ambientais pertinentes.

1. Inventário da legislação de interesse ambiental

A conservação e preservação ambiental em relação ao turismo envolvem a atratividade da localidade, a legislação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Neste contexto será realizado um levantamento das principais legislações no âmbito municipal, regional, estadual e federal de interesse ambiental sob a ótica do turismo, para permitir uma análise quanto à gestão do espaço do território e seus componentes turísticos (atrativos e trades), bem como auxiliar no Plano de Melhoria Urbana e Infraestrutura Turística frentes as restrições e medidas ambientais necessárias para viabilização de projetos de infraestrutura para fomento do turismo.

Apresentar informações sobre o Plano Diretor, Leis Complementares de Uso e Ocupação do Solo, além de outras leis e planos relevantes para uma análise profunda nos aspectos ambientais.

* 1. Plano Diretor

Analisar sobre: a existência ou não de um Plano Diretor; referenciar todas as diretrizes relativas ao meio ambiente e o turismo; e localizar se áreas potenciais está protegido por alguma diretriz pré-existente. Vale ressaltar que no plano diretor encontram-se os parâmetros de ordenamento territorial (Macrozoneamento, Zoneamento e Zonas Especiais) que devem ser base para análise posterior dos atrativos e equipamentos de apoio ao turismo.

* 1. Leis Complementares

Analisar sobre a existência ou não das leis, bem como referenciar todas as leis relativas ao ambiente e turismo

* 1. Projetos de Lei

Um projeto de lei é uma proposta apresentada para ser discutida e convertida em lei. Consiste em um texto que é escrito e que para se transformar em lei, depende de aprovação.

Nesse tópico deverá analisar sobre a existência ou não de projetos de leis que seja pertinente a área ambiente.

* 1. Resoluções

A Resolução é uma norma jurídica destinada a disciplinar assuntos do interesse interno do Congresso Nacional do Conselho de Ministros.

Nesse tópico deverá analisar sobre a existência ou não de projetos de leis que seja pertinente a área ambiente.

* 1. Decretos

São atos administrativos da competência exclusiva dos chefes do Executivo, destinados a prover situações gerais ou individuais, abstratamente previstas de modo expresso, explicito ou implícito, pela legislação. Comumente, o decreto é normativo e geral, podendo ser específico ou individual. Como ato administrativo, o decreto está sempre em situação inferior à da lei e, por isso mesmo, não a pode contrariar.

Nesse tópico deverá analisar sobre a existência ou não de projetos de leis que seja pertinente a área ambiente.

1. Inventário das Unidades de conservação no território municipal

Unidades de conservação são espaços com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. As UC asseguram o uso sustentável dos recursos naturais e ainda propiciam às comunidades envolvidas o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis em seu interior ou entorno. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação é composto pelo conjunto de unidades de conservação federais, estaduais, municipais e particulares, distribuídas em doze categorias de manejo. Cada uma dessas categorias se diferencia quanto à forma de proteção e usos permitidos. Há unidades de proteção integral, que precisam de maiores cuidados por sua fragilidade e particularidades ambientais, e há unidades de uso sustentável, cujos recursos naturais podem ser utilizados de forma direta e sustentável e, ao mesmo tempo, serem conservados. Assim, as unidades de conservação formam uma rede, na qual cada categoria contribui de uma forma específica para a conservação dos recursos naturais. A padronização das categorias de UC e o envolvimento das três esferas de governo na gestão e implementação do Sistema possibilitam que as diversas ações voltadas à conservação ambiental convirjam para um objetivo comum.

Apresentar uma lista das unidades de conservação, classificação e localização, bem como demais características da unidade de conservação.

1. Inventário de programas, projetos e propostas na área ambiental

Identificar os principais programas, projetos e propostas em andamento ou em fase de elaboração junto a Secretaria de Obras, Secretaria de Meio Ambiente e demais órgãos públicos pertinentes para promover a inventariação destes trabalhos, a fim de subsidiar o plano de gestão ambiental e o Plano de Melhoria Urbana e Infraestrutura Turística na fase de desenvolvimento de projetos.

Os dados apresentados deste levantamento deve contemplar a concepção destes trabalhos (objetivos, breve descrição, metas e demais dados pertinentes). Esta análise também objetiva a valorizando da iniciativa pública e das parcerias público-privado para o recuperação, preservação, manutenção de áreas de importância ecológica, atividades voltadas para educação ambiental, ações relacionadas à gestão e tratamento de resíduos sólidos (coleta seletiva, compostagem) e efluentes líquidos (Estação de tratamento de esgoto, recuperação da qualidade os corpos d’águas), recuperação de áreas de Preservação Permanentes, entre outros.

1. Atrativos Turísticos

Os atrativos turísticos constituem a oferta turística diferencial de uma determinada região turística, pois são responsáveis por promover os fluxos turísticos. O consumidor escolhe o destino que irá visitar, em

função da experiência turística que esse destino oferece. Ele primeiro decide se deseja praticar atividades de aventura ou vivenciar atividades rurais, ou ainda, visitar monumentos históricos e culturais etc., entre as inúmeras possibilidades. Na sequência, ele opta pelo destino turístico que proporcione as atividades e experiências escolhidas (SEBRAE).

O turismo é uma atividade que pode contribuir para o desenvolvimento econômico de uma região/localidade associado à proteção ao meio ambiente, por meio da regulação das atividades vinculadas ao turismo em relação à situação ambiental prevista em leis no âmbito regional, estadual e federal. O objetivo é dar base para o plano de gestão ambiental (etapa do prognóstico) propor melhorias, adequações ou sugestões de legislações na esfera ambiental e urbanística permitindo a gestão dos recursos naturais e sustentabilidade do turismo nas áreas ambientais, sociocultural e econômica.

Analisar os atrativos turísticos e os equipamentos de lazer sob o aspecto do uso e ocupação do território com base no Plano Diretor e/ou Lei de Zoneamento. Esta análise deve pontuar a atual situação frente à legislação, de modo a analisar sua localização e atividades desenvolvidas perante a legislação em vigor no município quanto ao uso e ocupação solo, as limitações impostas em lei para as atividades turísticas, existência de restrições no âmbito ambiental e socioeconômico, entre outros aspectos pertinentes ao turismo.

Para ajudar nos tópicos, confecção de material gráfico e mapas serão de extrema importância para melhor entendimento da cidade.

* 1. Atrativos naturais

Os atrativos naturais podem ser entendidos como elementos da natureza, utilizados para fins turísticos e que passam a atrair fluxos turísticos, como: montanhas, rios, praias, cavernas, cachoeiras, clima, flora, fauna, entre outros (BRASIL, 2006). Analisar os atrativos quanto ao Plano Diretor e/ou Lei de Zoneamento territorial.

* 1. Atrativos rurais

Os atrativos rurais permitem ao turista desenvolver um conjunto de atividades “comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor aos produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.” (BRASIL. Ministério do Turismo, 2008). Analisar os atrativos quanto ao Plano Diretor e/ou Lei de Zoneamento territorial.

* 1. Atrativos Histórico-culturais

Os atrativos histórico-culturais compreendem as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (BRASIL. Ministério do Turismo, 2006, p. 13). Analisar os atrativos quanto ao Plano Diretor e/ou Lei de Zoneamento territorial.

* 1. Atrativos religiosos

Modalidade que se caracteriza por visitas a receptivos que estimulam sentimentos de fé, de esperança e de caridade as pessoas religiosas. Efetiva-se sob a forma de programas, cujos propósitos se caracterizam como romaria, peregrinação e penitência, dependendo, são claro, dos objetivos religiosos dogmáticos e morais dos fiéis visitantes. Analisar os atrativos quanto ao Plano Diretor e/ou Lei de Zoneamento territorial.

\*\* Quaisquer outros atrativos turísticos podem ser incluídos \*\*

1. Trades e Equipamentos Turísticos

O Trade Turístico é o conjunto de equipamentos da superestrutura constituintes do produto turístico. São caracterizados com meios de hospedagem, bares e restaurantes, Centros de Convenções e Feiras de Negócios, agências de viagens e turismo, empresas de transporte, lojas de suvenir’s e todas as atividades comerciais periféricas ligadas direta ou indiretamente à atividade turística.

* 1. Serviços de Alimentação

Serviços de Alimentação envolve um produto, ou mesmo um atrativo de uma determinada localidade é importante, pois apresenta novas possibilidades, que nem sempre são exploradas, que são as diversas formas de turismo voltadas para as características gastronômicas de cada região. Analisar os serviços de alimentação quanto ao Plano Diretor e/ou Lei de Zoneamento territorial nos aspectos ambiental e de gestão turística.

* 1. Meio de Hospedagens

Um meio de hospedagem é uma edificação que exerce o comércio da recepção e da hospedagem dos turistas e visitantes em geral, e constitui-se de um edifício ou prédio contendo basicamente unidades habitacionais, uma recepção e uma governança, podendo ter ainda em sua estrutura, alimentos e bebidas, que compreende: cozinha, adega, restaurante, bar, cantina e despensa, e podendo contar ainda com: estacionamento externo, garagem interna e área de lazer. Analisar os meios de hospedagens quanto ao Plano Diretor e/ou Lei de Zoneamento territorial nos aspectos ambiental e de gestão turística.

* 1. Equipamentos Turísticos

Analisar os equipamentos que incluem parques, praças, entre outros no município. Deverá ser criado um item específico apresentando definição da classe seguido pela análise quanto ao Plano Diretor e/ou Lei de Zoneamento territorial.

1. Resumo executivo

Apresentar as particularidades dos atrativos e equipamentos de apoio ao turismo relacionando os pontos apontados. Um resumo executivo, diferentemente de um resumo acadêmico, deve conter o prognóstico pontuando os problemas e possíveis soluções necessárias para adequação da cidade ao turismo sustentável. Esse capítulo servirá como introdução para a elaboração do Plano de Gestão Ambiental.

* 1. Legislações de interesse ambiente

Apresentar as principais carências identificadas ou falhas na legislação ambiental do município, bem como possível discordância com as leis no âmbito estadual de federal que serão analisados com mais aprofundamento teórico no Plano de Gestão Ambiental na etapa do prognóstico. Devem-se citar potenciais leis no âmbito ambiental que possam contribuir para o desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável.

* 1. Programas, projetos e propostas na área ambiental

Apresentar as principais vertentes dos trabalhos analisados, bem como possíveis complementações e/ou alterações pertinentes para aperfeiçoamento dos trabalhos analisados. Deve-se apresentar a eficiência desses programas e projetos quanto a efetividade de seus objetivos, ou seja, analisar o objetivo inicial do programa e os resultados obtidos em caso de finalização ou existência de uma análise de acompanhamento emitido pelo próprio projeto. Além

disso, citar potenciais projetos que possam contribuir para o desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável.

* 1. Atrativos turísticos

Apresentar as principais carências e necessidades de adequação do plano diretor e/ou lei de zoneamento, bem como citar potenciais classificações e critérios de zoneamento que possam contribuir para a gestão ambiental e sustentável dos atrativos turísticos para o desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável.

* 1. Trades e Equipamentos Turísticos

Apresentar as principais carências e necessidades de adequação do plano diretor e/ou lei de zoneamento, bem como citar potenciais classificações e critérios de zoneamento que possam contribuir para a gestão ambiental e sustentável dos equipamentos de apoio ao turismo para o desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável.

1. Referência Bibliográficas

Deve ser padronizado conforme a ABNT:

* ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – citações em documentos – apresentação: NBR 10520. Rio de Janeiro, 2002.
* ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – referências – elaboração: NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.

## 4.3.Diagnóstico de Comunicação Integrada do Destino

**Resumo:** O diagnóstico de Marketing e Comunicação do Destino consiste no levantamento e Análise sobre a Promoção e comercialização quanto à venda dos atrativos e serviços, público alvo, perfil do turista, divulgação existente, marcas e aplicações frente ao turismo, promoção realizada, parecer técnico sobre a promoção e comercialização realizada.

**Detalhamento:** A Comunicação na sua definição consiste num processo que envolve troca de informações, é por meio dela, que desenvolvemos a capacidade de realizar uma ligação que atende plenamente às necessidades humanas e assim promover uma interação com nossos semelhantes.

Comunicação é uma palavra de sentido amplo e abre um leque de possibilidades em vários segmentos. Com o surgimento de novas tecnologias, além da sofisticação e aprimoramento de métodos de comunicação já existentes, a cada dia novas alternativas surgem, tornando mais dinâmicas as possibilidades de comunicação. Essa evolução na área de comunicação é parte integrante da própria evolução do homem e da sociedade, pois a comunicação está diretamente ligado aos sentidos humanos, o que nos permite afirmar que é praticamente impossível o homem deixar seus sentidos de lado simplesmente ignorando-os e deixando de se comunicar.

Comunicar significa é muito mais que passar uma informação, é trabalhar para que esta seja compreendida e possa gerar alguma forma de crescimento para o meio a qual pertence. Turismo envolve não apenas viajar, mas compreende um fluxo que gera na economia e pode desenvolver uma cidade ou região.

O estudo da comunicação do turismo não se resume apenas em descobrir as estratégias necessárias para que o produto possa chegar ao seu consumidor, mas trata-se de uma ferramenta essencial capaz de

contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida da população nos destinos envolvidos.

## O Diagnóstico de Comunicação Integrada do Destino estará estruturado da seguinte forma:

1. Levantamento da Comunicação Institucional
   1. Comunicação visual

Identificar e descrever a comunicação visual do destino, verificando a existência de elementos que caracterizem e identifiquem o destino.

* + 1. Identidade Visual

Detalhar sobre Identidade visual, observando a existência de logotipo, Cores, tipografia, símbolos e outros elementos visuais utilizados para representar o destino.

* + 1. Padronização Visual

Detalhar sobre padronização visual, observando onde e como a identidade visual é aplicada na cidade.

* 1. Identidade turística do destino

Identificar e descrever a comunicação turística do destino, verificando a existência de elementos de apoio ao turismo no destino.

* + 1. Informações Turísticas

Detalhar sobre centro de informações turísticas, verificando a existência de quiosque ou centro de informações para auxílio ao turista.

* + 1. Sinalização Turísticas, Interpretativa e Indicativa

Detalhar sobre sinalização, como mapas de localização e placas interpretativas outros itens de sinalização que auxiliem na localização e informações sobre o destino e seus atrativos.

* + 1. Comunicação Gráfica de informações turísticas

Detalhar sobre material gráfico impresso, como mapas, guias, folhetos, folders, informativos, ou outros materiais impressos designados para o auxílio do turista na localização e informações sobre o destino e seus atrativos.

* + 1. Comunicação Visual de Informações Turísticas

Detalhar sobre identidade visual e padronização visual na comunicação turística da cidade, verificando a existência de logotipo, cores, tipografia, símbolos e outros elementos visuais utilizados na comunicação turismo e de que forma é aplicado nos diferentes materiais.

* + 1. Análise e caracterização da comunicação visual do destino

Analisar e caracterizar a comunicação visual do destino, considerando a aplicação, utilização de identidade visual, de padronização visual. Identificação de potencial, de melhora, de atualização. Identificação de quem e como impacta.

* + 1. Análise e caracterização da comunicação turística do destino

Analisar e caracterizar a comunicação turística do destino, considerando a qualidade dos elementos, a utilização de identidade visual, de padronização visual e avaliando seu potencial de apoio ao turismo. Também é avaliada a atualização, alcance e o público impactado.

* + - 1. Centro ou quiosque de informações turísticas;
      2. Sinalização, como mapas de localização e placas interpretativas;
      3. Material gráfico impresso, como mapas, guias, folhetos, folders, informativos.
  1. Publicidade e promoção do turismo no destino
     1. Identificação e descrição

Identificar e descrever sobre publicidade e promoção do turismo no destino através da existência de anúncios ou outro tipo de divulgação em televisão, rádio, jornal, revistas, poster, banners, outdoors ou outros meios de comunicação.

* + 1. Análise e Caracterização

Analisar e caracterizar a publicidade e promoção do turismo no destino. Avaliação dos materiais quanto a qualidade, conteúdo, atualização, alcance e o púbico impactado. Análise da frequência, custo operacionais e resultados.

* 1. Eventos e manifestações culturais
     1. Identificação e descrição

Identificar e descrever eventos que ocorrem na cidade ao longo do ano, manifestações culturais, festividades e outro acontecimentos. Verificar a existência de material gráfico impresso como cartaz, banners, folhetos ou outras formas de divulgação.

* + 1. Análise e caracterização

Analisar e caracterizar eventos que ocorrem na cidade ao longo do ano, manifestações culturais, festividades e outro acontecimentos. Dimensionamento e frequencia. Análise do público, gastos e arrecadações. Identificação de potencialidade, novas oportunidades, falhas e melhorias. Análise anual, individual e comparativa.

* 1. Atrativos turísticos
     1. Identificação e descrição dos atrativos turísticos do destino.
        1. Caracterização Visual da Sinalização Turística nos Atrativos

Detalhar sobre a caracterização visual do atrativo, como a existência de fachada, sinalização e outros elementos visuais, verificando se há elementos que caracterizem o atrativo como um local de visitação, assim como placas interpretativas ou outros elementos.

* + - 1. Material de Apoio ao Turismo

Detalhar sobre material de apoio impresso ou de outro tipo, verificando se há guias, folhetos, informativos, guia auditivo ou outros materiais que auxiliem na visita ao atrativo.

* + - 1. Identidade visual

Detalhar sobre a comunicação visual e audiovisual de apoio ao turismo verificando a utilização de identidade visual e padronização visual: logotipo, cores, tipografia, símbolos e outros elementos visuais utilizados na fachada, placas e materiais de apoio.

* + - 1. Publicidade e promoção do atrativo

Verificar a existência de anúncios ou outro tipo de divulgação dos atrativos: tv, rádio, jornal, revistas, poster, banners, outdoors ou outros meios de comunicação.

* + 1. Análise e caracterização dos atrativos turísticos do destino.
       1. Análise Visual da Sinalização Turística nos Atrativos

Avaliar a comunicação visual estrutural do atrativo considerando a qualidade dos elementos, a utilização de identidade visual, de padronização visual e avaliando seu potencial de apoio ao turismo. Também é avaliada a atualização, alcance e o público impactado.

* + - 1. Material de Apoio Impresso

Avaliar o material de apoio impresso, considerando qualidade gráfica conteúdo, atualização, alcance e o púbico impactado. Análise da frequência custos operacionais.

* + - 1. Análise e caracterização da publicidade e promoção do atrativo turístico.

Avaliar os anúncios ou outros materiais quanto a qualidade, conteúdo, atualização, alcance e o público impactado. Análise de frequências e resultados.

* 1. Comunicação institucional online
     1. Identificação

Estudar o destino através da internet, identificando e descrevendo os meios de comunicação eletrônicos através dos quais é possível ter acesso a informação sobre a cidade, como sites, redes sociais e aplicativos, verificando a existência de sites oficial, como da prefeitura, da câmara, do turismo, assim como Facebook, Instagram, Flickr, TripAdvisor...)

* + - 1. Divulgação da Cidade

Detalhar os veículos, formatos e ferramentas utilizados para a divulgação da cidade, verificando qual a informação divulgada, de que maneira, detalhes de atividade, como quando foi a última atualização/publicação, a quantidade de seguidores.

* + - 1. Divulgação do Turismo e Atividades Correlatas

Detalhar os veículos, formatos e ferramentas utilizados para a divulgação do turismo e atividades correlativas, verificando o que há de informação sobre o turismo, se existe um site exclusivo sobre o turismo ou apenas uma aba de informações no site oficial e assim como outros veículos, ferramentas e aplicativos.

* + - 1. Parcerias de Promoção do Turismo na Cidade

Apresentar a relação de parcerias, mecanismos e estratégias para divulgação e comercialização do turismo na cidade, verificando se há algum tipo de oferta, promoção, pacotes para o turismo no destino.

* + - 1. Sites Oficiais e Portais de Publicação dos Atrativos Turísticos

Levantar as informações sobre a cidade disponível nos principais sites oficiais e grandes portais relacionados ao turismo, redes sociais e aplicativos verificando se há informação sobre a cidade em outros sites de turismo, como o da secretaria do turismo, TUR.SP e similares.

* + 1. Análise e caracterização destino e dos atrativos turísticos na internet
       1. Websites

Avaliar a usabilidade, quantidade de visitas. Análise do o tipo de informação divulgada, a qualidade da informação e das imagens, frequência de atualização, interação com o público. Avaliação sobre a representação da realidade.

* + - 1. Redes Sociais (Facebook, Instagram, Flickr)

Avaliar a usabilidade, quantidade de seguidores. Análise do o tipo de informação divulgada, a qualidade da informação e das imagens, frequência de atualização/publicação, interação com o público. Avaliação sobre a representação da realidade.

* + - 1. Aplicativos (TripAdvisor, Booking.com)

Avaliar a usabilidade, quantidade de seguidores. Análise do o tipo de informação divulgada, a qualidade da informação e das imagens, frequência de atualização/publicação, interação com o público. Avaliação sobre a representação da realidade.

1. Inventário do trade
   1. Meios de hospedagem

Identificar e descrever a comunicação nos meios de hospedagem.

* 1. Gastronomia
  2. Análise da comunicação no trade

Analisar num contexto geral sobre a comunicação do trade no destino e na internet, enfatizando a divulgação de informação sobre o destino. Identificação de oportunidades para comercialização do turismo, e efetivação de parcerias. Análise de publico potencial e alcance.

1. Resumo executivo

Apresentar as particularidades do destino, pontuando as necessidades a serem trabalhadas e já apresentando uma indicação de possíveis soluções e adequações, como uma introdução para a elaboração do Plano de ação de comunicação.

1. Referência Bibliográficas

Deve ser padronizado conforme a ABNT:

* ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – citações em documentos – apresentação: NBR 10520. Rio de Janeiro, 2002.
* ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – referências – elaboração: NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.

## 4.4.Diagnóstico de Infraestrutura Urbana e Turística

**Resumo:** Consiste em analisar a infraestrutura existente no município, quanto a pavimentação, equipamentos de lazer (infraestrutura das Praças, Parques, Centros esportivos, centro culturais, entre outros), iluminação pública, estrutura das vias de acesso (atrativos, repartições públicas, equipamentos de apoio ao turismo - restaurantes e hotéis), análise geral da situação da infraestrutura dos atrativos turísticos e equipamento de apoio ao turismo.

**Detalhamento:** Esse documento foi produzido para citar o que será abordado no estudo sobre o Diagnóstico de Infraestrutura para elaboração do Plano do Turismo Integrado e Sustentável. Para melhor compreensão, a definição de infraestrutura urbana e infraestrutura turística se fazem necessárias para deixar evidente a análise que será realizada.

A infraestrutura urbana é o conjunto de sistemas técnicos e serviços necessários ao desenvolvimento das funções urbanas, esses sistemas e serviços integrados refletem em como a cidade irá funcionar (NPQV, Núcleo de Pesquisas de Qualidade de Vida). Para que a cidade tenha um perfeito funcionamento é necessário investimento em bens ou equipamentos que devem atender a toda população de maneira

satisfatória, de forma a evitar sobrecargas que impeçam os padrões de atendimento previstos (EMURB, Empresa Municipal de Urbanização).

Infraestrutura turística propicia as condições mínimas que viabilizam a realização do produto: sinalização turística, guias turísticos, pontos ou centro de informações turísticas (FERREIRA; COUTINHO, 2002). Na análise da infraestrutura turística de uma parcela fragmentada do tecido urbano é preciso ser cauteloso pois o espaço em questão não precisa ser autossuficiente, visto que o entorno próximo pode suprir as carências daquela área. É preciso levar em consideração o deslocamento por esse ser uma característica básica da atividade.

Para o desenvolvimento do Plano de Melhoria Urbana e Infraestrutura Turística é preciso um diagnóstico detalhado dos elementos presentes na cidade e que inter-relacione a infraestrutura urbana e turística. Somente assim o resultado terá considerações finais coesas e que de fato possam ajudar na intervenção de modo positivo para evolução turística e da cidade como um todo.

Nessa parte do trabalho contratado serão feitas as análises: do sistema viário da cidade estudada; dos serviços urbanos e como eles são administrados; dos atrativos e equipamentos de lazer que são de responsabilidade da Prefeitura; e uma análise das Leis e Planos que guiam o desenvolvimento urbano. Além dessas análises vai abordar também os problemas encontrados, suas possíveis soluções. Essas definições ajudarão para guiar o Plano de Melhoria Urbana e Infraestrutura Turística.

## O Diagnóstico de Infraestrutura Urbana e Turística estará estruturado da seguinte forma:

1. Infraestrutura no Turismo
   1. Sistema Viário

Fluxo - Designação do que se movimenta de modo contínuo. Movimentação daquilo que segue seu curso: fluxo de pessoas. (Dicio, Dicionário Online de Português). Dessa maneira entende-se fluxo como a quantidade de movimentação de pessoas em determinado espaço ou via, essa definição também pode ser aplicada para fluxo de veículos automotores e de ciclistas. Geralmente os maiores fluxos acontecem entre pontos significativos da cidade, fazendo com que o eixo de ligação precisa de uma estrutura adequada para atender ao número de pessoas ou veículos que necessitam daquele local de deslocamento.

Deslocamento - 1. Ato ou efeito de deslocar - 2. Mudança de lugar - 3. Afastamento - 4. Desvio. (Infopedia, Dicionários Ponto Editora). Com essas definições, entende-se como deslocamento a mudança de lugar, para isso acontecer um caminho deve ser seguido e esse caminho deve ter uma estrutura adequada para facilitar a deslocação sem produzir conflitos.

Pensando num Planejamento de Infraestrutura com enfoque no Turismo para uma cidade verifica a necessidade de estruturar um diagnóstico detalhado sobre os fluxos e deslocamentos não somente dos turistas, mas de todos os habitantes da cidade que perolam sobre essa região com potencial turístico. Para a análise, os tópicos seguintes foram criados e devem ser discorridos para fundamentar a realização da etapa seguinte.

* + 1. Suporte de chegada à cidade

Apontar os principais equipamentos e estruturas que possibilitam a chegada dos turistas, são exemplos: aeroportos, rodoviárias, portos, estações ferroviárias, heliportos, entre outros. Será discorrido sobre a importância desse equipamento para a cidade e suas características quanto ao aspecto estrutural, de mobiliário, de estabelecimentos comerciais de suporte, e se é presente acessibilidade de acordo com a norma ABNT NBR 9050.

* + 1. Rodovias de acesso à cidade

Serão analisadas as principais vias que dão acesso à cidade. Deve conter informações sobre a qualidade do calçamento e o material utilizado, se suas larguras estão de acordo com o fluxo existente, se há a presença de mobiliário de suporte e a qualidade dos mesmos, se há espaços ociosos ou potenciais que podem ajudar no desenvolvimento de alguma atividade ou proporcionar alguma melhoria, se há preocupação quanto ao deslocamento através de bicicletas ou peatonal em seu envoltório, e se há adequação para a NBR 9050.

* + 1. Ruas e Avenidas de acesso aos atrativos turísticos

Apresentar uma análise das vias que interligam o acesso à cidade aos atrativos turísticos de maior relevância existentes. Deve conter informações sobre a qualidade do calçamento e o material utilizado, se suas larguras estão de acordo com o fluxo existente, se há a presença de mobiliário de suporte e a qualidade dos mesmos, se há uma preocupação com a ambiência para a locomoção de pedestres na cidade, se há espaços ociosos ou potenciais que podem ajudar no desenvolvimento de alguma atividade ou proporcionar alguma melhoria, se há preocupação quanto ao deslocamento através de bicicletas e peatonal, e se há adequação para a NBR 9050.

* + 1. Ruas e Avenidas de ligação entre os atrativos turísticos

Analisar as principais vias que interligam os atrativos turísticos entre si. Deve conter informações sobre a qualidade do calçamento e o tipo de pavimentação utilizada, se suas larguras estão de acordo com o fluxo existente, se há a presença de mobiliário de suporte e a qualidade dos mesmos, se há uma preocupação com a ambiência para a locomoção de pedestres na cidade, se há espaços ociosos ou potenciais que podem ajudar no desenvolvimento de alguma atividade ou proporcionar alguma melhoria, analisar áreas que sirvam de estacionamentos, se há preocupação quanto ao deslocamento através de bicicletas e peatonal, e se há adequação para a NBR 9050.

* + 1. Placas e sinalizações

Analisar as placas e sinalizações turísticas e indicativas na cidade presentes nas vias estudadas, e descrever como está a conservação das sinalizações horizontais (sinalizações aplicadas em pinturas ao chão) das vias e as sinalizações verticais (sinalizações aplicadas através de placas e indicações dispostas nas vias).

1. Serviços

Os serviços urbanos são todos aqueles que competem às atividades fins do setor público, ou seja, de competência da administração municipal, indispensáveis igualmente à qualidade de vida e a todo empreendimento habitacional ou empresarial que venha a ser implantado (PORTAL EDUCAÇÃO, 2013).

Descrever os serviços de competência dos administradores públicos (relacionados ao saneamento básico urbano): abastecimento de água; abastecimento de energia elétrica; rede de esgoto; sistema de drenagem pluvial; sistema de iluminação pública; e sistema de limpeza urbana. Nesse capítulo ainda analisar os temas como: segurança da cidade; e sistema de transporte coletivo.

Pensando num Planejamento de Infraestrutura Urbana com enfoque no Turismo para uma cidade é necessário discorrer sobre os serviços urbanos básicos e de utilidade que atingem diretamente o turismo.

* 1. Abastecimento de Água

Apresentar o órgão que tem por competência a administração do abastecimento de água da cidade, e considerar suas características e particularidades nas áreas de caráter turístico.

* 1. Abastecimento de Energia Elétrica

Apresentar o órgão que tem por competência a administração do abastecimento de energia elétrica da cidade, e considerar todas suas características e particularidades nas áreas de caráter turístico.

* 1. Rede de Esgoto

Apresentar o órgão que tem por competência a administração do esgotamento da cidade, considerar suas características e particularidades nas áreas de caráter turístico, e citar para onde o esgoto é escoado.

* 1. Sistema de Drenagem Pluvial

Analisar as características e particularidades relacionadas à drenagem pluvial; saber se há áreas que ocorrem inundações frequentes ou se há áreas de seca; e verificar a estruturas dos captadores de água presentes no sistema viário que já foi analisado.

* 1. Sistema de Iluminação Pública

Apresentar informações da empresa que faz manutenção na iluminação pública, a qualidade da iluminação nas vias estudadas, se há região escura que proporcione insegurança, e se há barreira nos pontos de luz (árvores, placas, entre outros).

* 1. Sistema de Limpeza Urbana

Apresentar o órgão que tem por competência a administração do sistema de limpeza urbana da cidade, considerar suas características e particularidades nas áreas de caráter turístico, e verificar a qualidade de limpeza das vias analisadas.

* 1. Segurança

Apresentar as características sobre regiões que tem índice elevado de problemas de segurança (regiões evitadas por pedestres devido furtos, áreas de prostituição e de tráfico de drogas) e citar locais que estão instaladas equipamentos de serviços de policiamento.

* 1. Sistema de Transportes Coletivos

Analisar e verificar os locais que apresentam pontos e ofertas de cada um dos serviços existentes, a qualidade dos equipamentos e veículos, e se há acessibilidade para portadores de necessidades especiais e se seguem a norma NBR 9050. Nesse tópico deve ser levado em consideração todos os tipos de transportes coletivos existentes na cidade: ônibus, trem, metrô, bicicletas públicas, bonde, entre outros.

1. Atrativos Turísticos e Equipamentos de Lazer

Analisar os atrativos e equipamentos de lazer por competência de administração da Prefeitura. Serão apontados aspectos estruturais, tanto de ambientes externos como de ambientes fechados; sobre o seu entorno; como é a ambiência do envoltório e, se houver, do ambiente interno; se há ou não mobiliário e o estado de conservação dos mesmos; se segue a norma NBR 9050; e a qualidade da iluminação dos ambientes externos, e se houver, dos ambientes internos.

* 1. Análise estrutural

Realizar uma análise estrutural apresentando as características estruturais relevantes desde o acesso ao atrativo ou ponto turístico e o elemento por si. Deve-se ainda verificar toda a pavimentação do atrativo ou do ponto turístico e todos os elementos que existem.

Em atrativos que houver alguma construção deve: conter quais foram os materiais utilizados de maior relevância arquitetônica, e descrever os seus estados de conservação; verificar as esquadrias e fachadas, e todos os ambientes internos; analisar se a estrutura da edificação atende a demanda da atividade exercida de acordo com o aspecto formal; ver se há espaços vazios e ociosos ou se há demanda para implantação de novos ambientes; verificar a existência de estacionamentos ou lugares destinados a veículos automotores nas imediações dos atrativos e equipamentos de lazer; verificar como é feita a iluminação dos ambientes externos e internos, e se estas são adequadas para as atividades exercidas; analisar a presença de banheiros de uso público e para funcionários e qual seus estados de conservação; analisar se há preocupação com portadores de necessidades especiais e se segue à norma NBR 9050; e verificar se há projeto de incêndio com o AVCB retirado pelo corpo de bombeiros.

* 1. Mobiliário

Realizar uma análise dos mobiliários presentes e seus estados de conservação serão realizados. Será notificado se há a necessidade de implementar novos equipamentos devido ao uso e demanda do atrativo ou da área.

* 1. Ambiência

Discorrer sobre a ambiência dos atrativos e dos equipamentos de lazer, e se houve a preocupação com paisagismo e elementos que possibilitem maior permanência dos usuários. Citar pontos e lugares que necessitam de adequação para criar uma ambiência mais aprazível, bem como verificar se há a existência de estacionamento ou lugares para veículos automotores próximas aos atrativos ou equipamentos de lazer e se esses desvalorizam ou não a ambiência dos mesmos.

1. Análise das Leis da Cidade

Apresentar informações presentes nas leis e planos existentes na cidade relativos a evolução urbana e o turismo. Será estudado informações contidas no Plano Diretor, nas Leis Complementares de Uso e Ocupação do Solo, além de outras leis e planos que se virem relevantes.

1. Resumo Executivo

Apresentar um resumo executivo que cite as particularidades da cidade relacionando os pontos apontados. Um resumo executivo, diferentemente de um resumo acadêmico, deve conter o prognóstico de demanda pontuando os problemas e possíveis soluções e novos atrativos e estruturas necessárias para adequação da cidade ao turismo.

* 1. Problemas e possíveis soluções

Será listado nesse tópico problemas encontrados e possíveis soluções que serão analisados com mais afinco nas etapas seguintes.

* 1. Novos atrativos e estruturas necessárias Listar os novos atrativos ou estruturas necessárias para adequação da cidade ao turismo. Além de citar os locais possíveis para a realização dos novos empreendimentos deve-se explicar o porquê da necessidade de implantação.

1. Referência Bibliográficas

Deve ser padronizado conforme a ABNT:

* ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – citações em documentos – apresentação: NBR 10520. Rio de Janeiro, 2002.
* ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – referências – elaboração: NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.

## Pesquisa de Demanda Turística

**Resumo:** Pesquisa de demanda turística buscando realizar um levantamento estratégico para a formulação de ações e políticas de divulgação do turismo.

**Detalhamento:** No estudo em questão é utilizada a pesquisa de demanda real, e sobre a mesma afirma-se que a pesquisa é realizada com pessoas que consomem efetivamente um determinado produto, serviço ou destinação turística. A pesquisa de demanda turística tem como objetivo conhecer o perfil e a opinião do turista que visitam o município.

A pesquisa é fundamental para o desenvolvimento da cidade tanto em aspectos turísticos (planejamento de hospedagem, alimentício, cultural e de transporte) como também para o desenvolvimento urbano e/ou rural (crescimento estrutural com acesso para moradores e turistas) e econômico (maior fluxo de serviços turísticos e consequentemente crescimento econômico do município).

A partir do conhecimento do perfil turístico, e outros aspectos locais, é possível desenvolver de forma especifica um planejamento de marketing, visando o aprimoramento em infraestrutura urbana e turística.

## A Pesquisa de Demanda Turística estará estruturada da seguinte forma:

1. Apresentação

Contextualizar da Pesquisa de Demanda Turística, sua aplicatividade e sua importância para o desenvolvimento integrado e sustentável do turismo.

1. Metodologia da Pesquisa
   1. Coleta de Dados

O turista é abordado e convidado a responder o questionário de demanda turística elaborado pela empresa. Elaborar e aplicar um questionário com questões descritivas e avaliativas e, a partir deste, apresentar todas as informações necessárias para descrever o perfil turístico.

* 1. Questionário

Para obtenção de informações sobre aspectos turístico local elaborar uma entrevista com um questionário eletrônico como procedimento de coleta de dados. O questionário será dividido em três segmentos:

* + - Perfil do turista - Faixa Etária, Grau de Escolaridade, Ocupação, Gênero, Renda e Cidade de origem.
    - Organização de Viagem – Motivação de Viagem, Forma de Deslocamento, Tempo de Permanência e Gastos com permanência.
    - Avaliação da Infraestrutura Urbana e Turística - Atrativos Turísticos Visitados, Infraestrutura Urbana e Turística, Acessibilidade, Conectividade (internet, rede telefônica e televisiva), Atividades Festivas, Atividades Noturnas, Limpeza e Segurança.

Através da pesquisa de demanda real compreendem-se as necessidades do turista, a situação da infraestrutura de apoio e os serviços oferecidos pela cidade segundo a opinião dos visitantes.

* 1. Amostragem

A unidade experimental para esta pesquisa é o turista. Foi definido como turista o indivíduo ou grupo de indivíduos que se deslocam do seu lugar de origem, motivado por alguma situação diversa, para realizar uma viagem que usufrui da infraestrutura local.

O tamanho amostral é calculado a partir do fluxo turístico local. Assegurando um erro amostral e um nível de confiança adequada combinado com a equipe de pesquisa e o contratante.

* 1. Análise dos Resultados

Realizar o procedimento de análise do banco de dados coletados a partir do questionário. A análise deverá ser feita por toda a equipe e co-orientada por um estatístico. Os resultados serão expostos por meio de gráficos e tabelas com comentários sobre os mesmos e apresentado ao contratante.

1. Apresentação dos Resultados

Documentar os resultados da pesquisa formalmente e entregues ao contratante. Neste, terá todo o procedimento de coleta, resultados obtidos, discussões e o modelo do questionário utilizado.

1. Referência Bibliográficas

Deve ser padronizado conforme a ABNT:

* ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – citações em documentos – apresentação: NBR 10520. Rio de Janeiro, 2002.
* ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – referências – elaboração: NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.

## Pesquisa de Sensibilidade turística local

**Resumo:** Pesquisas de Sensibilidade Turística para percepção do turismo pelos munícipes e sua relação como turismo para orientação do planejamento do turismo integrado e suatentável.

**Detalhamento:** Ao visitar um destino o turista encontra meios que lhe ajudam a atender suas necessidades básicas e turísticas com serviços de hospedagem, transporte, alimentação e artesanatos. O aumento do fluxo turístico gera aumento na economia e, consequentemente, mais empregos e fluxo financeiro na cidade local. A opinião dos moradores locais sobre os equipamentos de lazer e o turista influenciam diretamente no plano diretor turístico do munícipio. Pois com o aumento da demanda turística exige um esforço maior vindo dos órgãos públicos, privados e moradores para garantir as necessidades dos visitantes sem prejudicar o meio ambiente e a qualidade de vida dos que residem. Nesta etapa é visado obter a opinião dos moradores através de uma pesquisa descritiva e avaliativa de pessoas que possuem contato com o turismo.

Esta pesquisa é fundamenta para saber a relação dos moradores locais e o turista, procurando obter a opinião sobre aspectos estruturais urbanos e turístico vindo dos moradores.

## A Pesquisa de Demanda de Sensibilidade Turística estará estruturada da seguinte forma:

1. Apresentação

Contextualizar a Pesquisa de Sensibilidade Turística, sua aplicatividade e sua importância para o desenvolvimento integrado e sustentável do turismo.

1. Metodologia da Pesquisa
   1. Coleta de Dados

O morador deverás ser abordado e convidado a responder o questionário de sustentabilidade turística local elaborado pela empresa. O questionário é do tipo descritivo e avaliativo e a partir deste será obtido todas as informações para descrever o perfil de sustentabilidade turística local.

* 1. Questionário

Para obtenção de informações sobre aspectos turístico local elaborar uma entrevista com um questionário como procedimento de coleta de dados. O questionário será dividido em três segmentos:

* + - Perfil do morador - Faixa Etária, Grau de escolaridade, Ocupação, Gênero, Renda e Tempo Residente no Município.
    - Opinião do Morador – Relação com o Turistas e Custo de vida.
    - Avaliação de Infraestrutura Urbana e Turística - Atrativos Turísticos Visitados, Infraestrutura Urbana e Turística, Acessibilidade, Conectividade (internet, rede telefônica e televisiva), Atividades Festivas culturais, Atividades Noturnas, Limpeza e Segurança.

Através da pesquisa de sustentabilidade turística local é verificar a relação entre os moradores e o turismo local e a situação da infraestrutura na visão dos residentes.

* 1. Amostragem

A unidade experimental para esta pesquisa é o morador local. Foi definido como morador o indivíduo ou grupo de indivíduo que reside no município receptor que de alguma forma possui contato com o turismo.

O tamanho amostral é calculado a partir da população local. Assegurando um erro amostral e um nível de confiança adequada combinado com a equipe de pesquisa e o contratante.

* 1. Análise dos Resultados

Apresentar o procedimento de análise do banco de dados coletados a partir do questionário. A análise deverá ser feita por toda a equipe e co-orientada por um estatístico. Os resultados serão expostos por meio de gráficos e tabelas com comentários sobre os mesmos e apresentado ao contratante.

1. Apresentação dos Resultados

Apresentar os resultados da pesquisa serão documentados formalmente e entregues ao contratante. Neste, terá todo o procedimento de coleta, resultados obtidos, discussões e o modelo do questionário utilizado.

1. Referência Bibliográficas

Deve ser padronizado conforme a ABNT:

* + ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – citações em documentos – apresentação: NBR 10520. Rio de Janeiro, 2002.
  + ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – referências – elaboração: NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.

## Estudo de Potencialidade - Análise da Matriz Swott.

**Resumo:** Levantar potencialidades turísticas passa necessariamente pelo conhecimento preliminar e o estudo do tipo da demanda real ou potencial que se dirige para o lugar, o território ou a região, que sinalizaria para o tipo de usos do potencial existente.

**Detalhamento:** No entanto para medir qual é o potencial turístico de determinado local, faz-se necessário avaliar os recursos que o compõe, a começar pelos atrativos, sendo assim identificado e classificado o atrativo turístico, deve ser avaliado para estabelecer o seu valor e hierarquizá-lo para determinar a sua importância turística dentro do contexto municipal, regional ou nacional.

Torna-se necessário também avaliar os equipamentos que estão instalados, assim como as vias acesso, transporte, de forma geral, todas as facilidades que agregam valor ao atrativo e permitem a estadia do turista na localidade.

Assim sendo, a avaliação e análise de potencial turístico, sinaliza para o planejamento da atividade como critério balizador, tendo em vista a prática de ações futuras nos locais que almejam desenvolver o turismo, sabendo da realidade local e dos desafios a enfrentar, porém utilizando o processo e trabalhando de acordo com as especificidades dos espaços, sem cometer erros que possam afetar a atratividade das atrações.

Trata-se da busca, através de argumentos metodológicos, de dados e fatos conferidos de fundamento científico que comprovem as particularidades da localidade, estas que darão formas ao planejamento, e nortearão as ações suscetíveis a seu implemento.

O método de Análise Swot permite que se tenha uma visão abrangente do turismo no município, através da matriz SWOT, que tem como foco o delineamento de cada aspecto relativo ao turismo, sob o ponto de vista interno e externo ao ambiente estudando, utilizando-se os pontos fortes(strenghts), pontos fracos(weaknesses), oportunidades (oportunities) e ameaças(threats).

Análise SWOT - análise sistemática das forças e fragilidades ao ambiente interno e das oportunidades e ameaças ligadas ao ambiente externo, relacionadas aos atrativos, infraestrutura, serviços turísticos, bem como das ações de promoção e comercialização do município). Esta metodologia facilitará no reconhecimento dos segmentos de mercados-alvo, na capacidade de desenvolver o planejamento, numa eficiente alocação de recursos financeiros e humanos e na satisfação de atender às necessidades e desejos dos turistas. Esta análise torna-se a base principal à elaboração de um plano futuro para o município, além de possibilitar uma análise competitiva capaz de definir o posicionamento estratégico do destino turístico em relação aos produtos e mercados, às capacidades próprias do destino, às barreiras de entrada e saída do setor, à evolução da demanda, aos destinos substitutivos ou complementares, aos mercados-alvo e aos segmentos, dentre outros tópicos necessários para a formulação de planos estratégicos de desenvolvimento turístico.

A construção da analise swot deve ser realizada com a participação da comunidade, trade turístico e instâncias de governança, a empresa será mediadora da discussão para a construção da analise, a mesma deverá se realizada após a audiência pública do Inventário e Diagnóstico da Oferta Turística.

## EIXO 03 - PROGNÓSTICO

Etapa que baseado nos diagnóstico apresenta estratégicas, ações e programas para o fortalecimento e promoção do turismo integrado e sustentável, tendo como subproduto diretrizes no âmbito ambiental, infraestrutura, comunicação e turística que serão a base para a estruturação do Plano Diretor de Turismo.

## Plano de Gestão Ambiental

**Resumo:** O Plano de Gestão Ambiental vem contribuir para o desenvolvimento turístico sustentável no município. Nesse plano serão apresentadas as principais diretrizes para a implantação e manutenção de atividades turísticas de forma sustentável, de modo em que seja realizada de forma a conservar os recursos naturais e incluir a sociedade local no desenvolvimento turístico do município. Além das diretrizes serão apresentados os principais impactos causados pelas atividades turísticas e algumas medidas mitigatórias para esses impactos. Este Plano não será apresentado de forma pontual e sim em escala municipal. Dessa forma algumas atividades a serem implantadas deverão apresentar de maneira individual os estudos específicos para cada área conforme estabelece as instituições pertinentes.

**Detalhamento:** O plano objetiva contribuir para um processo de decisão ambiental e sustentável, melhorar a qualidade de políticas, planos e programas, fortalecer e facilitar a AIA (Avaliação de Impactos Ambientais) de projetos e promover novas formas de tomar decisão. O plano irá realizar uma análise dos principais impactos ambientais potenciais nos atrativos e equipamentos de apoio ao turismo, bem como identificar as principais ações para mitigação e estudos destes impactos através da proposição de projetos específicos para promover o desenvolvimento sustentável importante a serem realizados para a efetivação dos projetos que serão propostos no Plano de Melhoria Urbana e Infraestrutura Turística e das atividades turísticas atualmente desenvolvidas. No geral o plano visa ações e/ou tomadas decisões para promover a prevenção, controle e correção dos problemas ambientais identificados no diagnóstico ambiental.

As informações contidas no Plano de Gestão Ambiental se Sustentabilidade Local para o Desenvolvimento Turístico trarão grandes contribuições para futuras ações de modo a desenvolver o turismo no município de forma sustentável.

A Gestão Ambiental é uma prática muito recente, que tem vindo a ganhar preponderância nas instituições públicas e privada, fazendo parte do sistema de gestão global e tendo como suporte a política ambiental definida pela Direção de cada organização. Traduz-se na realização de atividades tendentes a obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, quer minimizando ou eliminando os danos causados pela intervenção humana, quer evitando que eles ocorram, sempre numa óptica de melhoria contínua.

A Gestão Ambiental pretende instaurar um processo de implementação de uma nova cultura institucional, no caso presente na Administração Pública, com vista à consciencialização de todos os seus agentes para a optimização dos recursos, para o combate ao desperdício e para a procura de uma melhor qualidade do ambiente no turismo e suas atividades correlatas, tudo em respeito pelo Ambiente. Isto porque é imprescindível que o Estado tenha, também neste domínio, uma atitude coerente, responsabilizando-se pela conformação do seu comportamento ao princípio da sustentabilidade, tornando-se exemplo de mudança de padrões de consumo e adequando as suas ações à ética socioambiental.

O “Plano de Gestão Ambiental” (PGA) faz parte de um esforço integrado e contínuo de toda a organização na busca pela excelência ambiental, no quadro da prevenção e da melhoria contínua do seu desempenho a esse nível, com vista a um desenvolvimento sustentável do turismo e suas atividades.

O Plano de Gestão Ambiental pode ser definido como uma ferramenta para estabelecer práticas e procedimentos com vista à mitigação dos impactos ambientais resultantes das atividades e empreendimentos correlacionados ao turismo, bem como estabelece práticas e procedimentos para monitorá-los e mitigá-los de maneira a buscar a melhoria continua do turismo sustentável.

Deverão ser utilizados dados oficiais de base secundária e integrada a avaliação dos diferentes elementos naturais frente aos desenvolvimento turístico.

## O Plano de Gestão Ambiental estará estruturado da seguinte forma:

1. Gestão Ambiental no Turismo

Contextualizar a Gestão Ambiental no Turismo e seu planejamento integrado e sustentável.

1. Diagnóstico Ambiental

O diagnóstico ambiental é a caracterização da qualidade ambiental atual da área de abrangência do Estudo Ambiental, de modo a fornecer conhecimento suficiente para embasar a identificação e a avaliação dos impactos nos meios físico, biológico e socioeconômico.

Consiste no estudo dos agentes causadores da degradação ambiental de uma determinada área, de seus níveis de poluição, bem como dos condicionantes ambientais agravadores ou redutores dos efeitos provocados no meio ambiente.

Buscando promover o planejamento do meio ambiente em seus diversos segmentos em conjunto com

o turismo o diagnóstico ambiental deve apresentar as características do meio físico, biológico e sócio- econômico do município.

Apresentar a caracterização da área de estudo do município em todos os seus aspectos, em especial, os de interesse para o planejamento e gestão ambiental voltadas para a sustentabilidade.

* 1. Diagnóstico do Meio Físico
     1. Clima

Apresentar a série histórica do clima quanto a temperatura e precipitação ao longo do ano e classificar o tipo climático com base na classificação KÖPLEN e realizar uma análise dos impactos do clima na dinâmica do turismo do município nas suas diversas esferas (atrativos naturais, rurais, entre outros). A análise deverá ser acompanhada de gráficos para representação do clima para sintetização das informações discursivas.

Caracterizar o clima da área de influência com base nos dados secundários existentes,, destacando e avaliando as mudanças ocorridas no comportamento dessa variável na área de estudo. O estudo deverá ser baseado em séries de dados históricos, obtidos em estações climatológicas presentes na bacia ou região.

* + 1. Recursos Hídricos

Caracterizar a bacia hidrográfica ao qual o município pertence: área de drenagem, população, principais rios, principais reservatórios, principais atividades econômicas desenvolvidas na área da bacia de estudo, as unidades de conservação existentes e vegetação remanescente. Esta etapa deve apresenta uma descrição dos principais rios da região e quando possível apresentar a qualidade geral dos corpos d’águas existe no município com base na Resolução do CONAMA nº 357/2005 e as sub-bacias do município.

Apresentar o mapa da hidrografia do município com base nos dados secundários existentes, na escala a ser condicionada a dimensão do município em analise, bem como pela disponibilidade de dados oficiais para a região de abrangência. E a entrega dos produtos deverá ser em formato JPEG com no mínimo 300dpi de

Resolução, ou outro disponível na base de dados secundários, bem como disponibilizar o arquivo no formato SHP. Devendo ser parte integrante do texto.

* + 1. Geomorfologia

Apresentar a caracterização do tipo de relevo, identificando e delimitando os diversos padrões, sua constituição e dinâmica superficial, visando a identificação de setores com diferentes graus de suscetibilidade a processos erosivos e deposicionais, tanto naturais como de origem antrópica.

O mapa da geomorfologia do município deverá ser apresentado na escala a ser condicionada a dimensão do município em analise, bem como pela disponibilidade de dados oficiais para a região de abrangência. E a entrega dos produtos deverá ser em formato JPEG com no mínimo 300dpi de resolução, ou outro disponível na base de dados secundários, bem como disponibilizar o arquivo no formato SHP. Devendo ser parte integrante do texto. Neste item também se deve apresentar a altimetria do município e a declividade quanto condicionada à disponibilidade de dados oficiais para a região de abrangência.

* + 1. Pedologia

Analisar a suscetibilidade natural dos solos à erosão, bem como aptidão agrícola, silvicultura e uso atual dos mesmos, considerando a caracterização e descrição das classes dos solos, sua gênese e distribuição espacial na área de influência direta do empreendimento.

O mapa de pedologia do município deverá ser apresentado na escala a ser condicionada a dimensão do município em analise, bem como pela disponibilidade de dados oficiais para a região de abrangência. E a entrega dos produtos deverá ser em formato JPEG com no mínimo 300dpi de resolução, ou outro disponível na base de dados secundários, bem como disponibilizar o arquivo no formato SHP. Devendo ser parte integrante do texto.

* + 1. Geologia

Apresentar a caracterização das condições geológicas e suas interações na bacia hidrográfica delimitada pela área do município. Deverá considerar as características das rochas e suas possíveis áreas de risco associadas a geologia.

O mapa de geologia do município deverá ser apresentado na escala a ser condicionada a dimensão do município em analise, bem como pela disponibilidade de dados oficiais para a região de abrangência. E a entrega dos produtos deverá ser em formato JPEG com no mínimo 300 dpi de resolução, ou outro disponível na base de dados secundários, bem como disponibilizar o arquivo no formato SHP. Devendo ser parte integrante do texto.

* + 1. Hidrogeologia

Consiste no ramo da geologia que estuda a ocorrência de água subterrânea. Apresentar e analisar as condições dos aquíferos existentes na área de estudo, suas características, suscetibilidade, atividades potenciais para ocorrências de contaminação, entre outros, disponíveis nos estudos do Comitê de Bacias, como Plano de Bacias.

O mapa de hidrogeologia do município deverá ser apresentado na escala a ser condicionada a dimensão do município em analise, bem como pela disponibilidade de dados oficiais para a região de abrangência. E a entrega dos produtos deverá ser em formato JPEG com no mínimo 300 dpi de resolução, ou outro disponível na base de dados secundários, bem como disponibilizar o arquivo no formato SHP. Devendo ser parte integrante do texto.

* 1. Diagnóstico Meio Biológico
     1. Vegetação

Apresentar um levantamento da vegetação existente no município apresentando o inventário florestal ou vegetação remanescente, em concordância com o mapa de vegetação remanescente do ministério do Meio Ambiente identificando a distribuição, interferência e relevância na biota regional, através de levantamentos de dados secundários. Todas as fontes de informação devem ser identificadas, assim como as principais publicações relativas à ecologia da região.

O mapa de vegetação do município deverá ser apresentado na escala a ser condicionada a dimensão do município em analise, bem como pela disponibilidade de dados oficiais para a região de abrangência. E a entrega dos produtos deverá ser em formato JPEG com no mínimo 300 dpi de resolução, ou outro disponível na base de dados secundários, bem como disponibilizar o arquivo no formato SHP. Devendo ser parte integrante do texto.

* + 1. Fauna

Apresentar um levantamento geral da fauna existente no município apresentando a interferência e relevância na biota regional, através de levantamentos de dados secundários. Apresentar as principais as espécies que sejam endêmicas e seus riscos na região.

* 1. Diagnóstico Meio Socioeconômico
     1. Dinâmica populacional

A partir da análise dos aspectos socioeconômicos da região, utilizando-se de indicadores básicos de dinâmica populacional e de infraestrutura, apresentar uma análise da dinâmica da população, como idade, sexo, taxa de natalidade, taxa de mortalidade, taxa de desemprego, entre outros.

* + 1. Economia

Caracterizar o município quanto às atividades econômicas, Produto interno Bruto – PIB, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, entre outros.

* + 1. Educação

Caracterizar o município em relação a distribuição da escolaridade, número de docentes, matrículas existentes, taxa de alfabetização, entre outros.

* + 1. Saúde

Caracterizar o município em relação à distribuição de estabelecimentos de saúde e demais características pertinentes.

* + 1. Uso e ocupação do Solo

Avaliar os principais usos do solo nas áreas de estudo e a paisagem por meio de análise descritiva e mapeamento, contemplando aspectos que envolvam áreas urbanas e de expansão, culturas sazonais, permanentes, pastagens naturais e/ou cultivadas, matas e outras tipologias de vegetação natural, bem como outros tipos introduzidos, práticas de conservação do solo, infraestrutura existente quanto ao sistema viário, entre outros.

## 4.Avaliação de Sensibilidade Ambiental

A avaliação de impacto ambiental (AIA) pode ser definida, como "estudos realizados para identificar, prever, interpretar e prevenir os efeitos ambientais que determinadas ações, planos, programas ou projetos podem causar à saúde, ao bem-estar humano e ao ambiente, incluindo alternativas ao projeto ou ação, e pressupondo a participação do público". Seu objetivo principal é obter informações sobre os impactos ambientais, através de exame sistemático, para submetê-las às autoridades e à opinião pública, com o fim primordial de prevenir os impactos ambientais negativos decorrentes da ação proposta e suas alternativas, bem como maximizar os eventuais benefícios. (Pimentel & Pires, 1992).

Realizar a avaliação de sensibilidade ambiental descritos pelo diagnóstico ambiental e contemplando as suas interações e características.

* 1. Atrativos Turísticos

Os atrativos turísticos constituem a oferta turística diferencial de uma determinada região turística, pois são responsáveis por promover os fluxos turísticos. O consumidor escolhe o destino que irá visitar, em função da experiência turística que esse destino oferece. Ele primeiro decide se deseja praticar atividades de aventura ou vivenciar atividades rurais, ou ainda, visitar monumentos históricos e culturais etc., entre as inúmeras possibilidades. Na sequência, ele opta pelo destino turístico que proporcione as atividades e experiências escolhidas (SEBRAE).

* + 1. Atrativos naturais

Os atrativos naturais podem ser entendidos como elementos da natureza, utilizados para fins turísticos e que passam a atrair fluxos turísticos, como: montanhas, rios, praias, cavernas, cachoeiras, clima, flora, fauna, entre outros (BRASIL, 2006). Os atrativos devem ser analisados quanto ao Plano Diretor e/ou Lei de Zoneamento territorial.

* + 1. Atrativos rurais

Os atrativos rurais permitem ao turista desenvolver um conjunto de atividades “comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor aos produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.” (BRASIL. Ministério do Turismo, 2008). Deve-se realizar o estudo de impactos ambientais potencial nas áreas dos atrativos rurais, pontuando os principais impactos com base no modelo de avaliação de impactos ambientais adotados e devidamente embasado.

* + 1. Atrativos Histórico-culturais

Os atrativos histórico-culturais compreendem as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (BRASIL. Ministério do

Turismo, 2006, p. 13). Deve-se realizar o estudo de impactos ambientais potencial nas áreas dos atrativos histórico-culturais, pontuando os principais impactos com base no modelo de avaliação de impactos ambientais adotados e devidamente embasado.

* + 1. Atrativos religiosos

Modalidade que se caracteriza por visitas a receptivos que estimulam sentimentos de fé, de esperança e de caridade as pessoas religiosas. Efetiva-se sob a forma de programas, cujos propósitos se caracterizam como romaria, peregrinação e penitência, dependendo, são claro, dos objetivos religiosos dogmáticos e morais dos fiéis visitantesDeve-se realizar o estudo de impactos ambientais potencial nas áreas dos atrativos religiosos, pontuando os principais impactos com base no modelo de avaliação de impactos ambientais adotados e devidamente embasado.

\*\* Quaisquer outros atrativos turísticos podem ser incluídos \*\*

* 1. Trades e Equipamentos Turísticos

O Trade Turístico é o conjunto de equipamentos da superestrutura constituintes do produto turístico. São caracterizados com meios de hospedagem, bares e restaurantes, Centros de Convenções e Feiras de Negócios, agências de viagens e turismo, empresas de transporte, lojas de suvenir’s e todas as atividades comerciais periféricas ligadas direta ou indiretamente à atividade turística.

* + 1. Serviços de Alimentação

Serviços de Alimentação envolve um produto, ou mesmo um atrativo de uma determinada localidade é importante, pois apresenta novas possibilidades, que nem sempre são exploradas, que são as diversas formas de turismo voltadas para as características gastronômicas de cada região. A gastronomia deve ser analisada quanto ao Plano Diretor e/ou Lei de Zoneamento territorial.

* + 1. Meio de Hospedagens

Um meio de hospedagem é uma edificação que exerce o comércio da recepção e da hospedagem dos turistas e visitantes em geral, e constitui-se de um edifício ou prédio contendo basicamente unidades habitacionais, uma recepção e uma governança, podendo ter ainda em sua estrutura, alimentos e bebidas, que compreende: cozinha, adega, restaurante, bar, cantina e despensa, e podendo contar ainda com: estacionamento externo, garagem interna e área de lazer. Os meios de hospedagens devem ser analisados quanto ao Plano Diretor e/ou Lei de Zoneamento territorial.

* + 1. Equipamentos Turísticos

Neste caso, as demais classificações apresentadas no inventário como trade de apoio ao turismo, como equipamentos urbanos que incluem parques, praças, entre outros no município, deverá ser criado um item específico apresentando definição da classe do trade seguido pela análise quanto ao Plano Diretor e/ou Lei de Zoneamento territorial.

1. Medidas Mitigatoras dos Impactos Ambientais

Com base na avaliação de sensibilidade ambiental procedida e no prognóstico ambiental realizado, identificar as medidas de controle e os programas ambientais que possam minimizar, compensar e eventualmente, eliminar os impactos negativos da implementação do empreendimento, bem como as medidas que possam maximizar os impactos benéficos do projeto. Essas medidas devem ser implantadas visando tanto a recuperação quanto a conservação do meio ambiente, bem como o maior aproveitamento das novas condições a serem criadas pelo empreendimento, devendo ser consubstanciadas em programas.

Apresentar um quadro ao final deste item (síntese) com uma coluna apresentado os impactos ambientais potenciais e na outra as medidas atenuantes.

1. Projetos Ambientais

Com base no diagnóstico de gestão ambiental e nos estudos de impactos ambientais dos atrativos turísticos e dos equipamentos de apoio ao turismo devem-se elaborar os projetos ambientais apontados apresentando a seguinte estrutura básica:

* Objetivo;
* Justificativas;
* Descrição básica do projeto;
* Projetos correlatos (facultativo);
* Orçamento previsto;
* Prazo de execução previsto.

As propostas de projetos ambientais, também devem considerar os projetos de infraestrutura que serão propostos no Plano de Melhoria Urbana e Infraestrutura Turística (parte integrante do prognóstico) aliado a análise apresentado no diagnóstico de infraestrutura, visto que determinados empreendimentos necessitam de licenciamentos ambientais e outras atividades ambientais correlatas.

1. Resumo Executivo

Apresentar as principais ações a serem realizadas pelo município para promover o desenvolvimento do turismo sustentável e integrado apontados no diagnóstico e plano de gestão ambiental para a proposição das diretrizes na formulação do Plano Diretor de Turismo do município.

* 1. Diretrizes do programa de regulamentação do uso dos recursos

Apresentar as principais diretrizes para a realização de projeto de práticas sustentáveis que visam o desenvolver a atividade turística no Município de forma sustentável.

* 1. Macrozoneamento turísticos

Apresentar as principais diretrizes para a delimitação de áreas de aproveitamento turístico que incidem sobre o território municipal, bem como o respectivo mapa de zoneamento, potencialidade e segmentação turística.

O mapa de zoneamento Ambiental e Turístico deve considerar as informações os mapas de reconhecimento da área (Básicos: localização, rodovias, hidrologia, vegetação, pedologia, relevo- geomorfologia, uso e ocupação do solo).

O mapa deverá seguir os padrões e normas técnicas em cartografia adotadas, propostas e referendadas pelo CONCAR – Conselho Nacional de Cartografia. Deve-se especificar claramente qual sistema de projeção foi utilizado – seja UTM, WGS84 ou outro compatível com sistema adotado no Brasil. Os mapas vetoriais deverão ser entregues nos formatos passiveis de exportação para sistema ArcGis ou compatíveis com padrão OpenGIS. E as imagens georreferenciadas deverão ser entregues em formato GEOTIFF ou JPEG. Adotar padrão de legenda vigente segundo normas CONCAR, IBGE, DSG e a escala devera ser condicionada ao limite municipal.

1. Referência Bibliográficas

Deve ser padronizado conforme a ABNT:

* ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – citações em documentos – apresentação: NBR 10520. Rio de Janeiro, 2002.
* ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – referências – elaboração: NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.

## Plano de Melhoria Urbana e Infraestrutura Turística

**Resumo:** O Plano de Melhoria Urbana e Infraestrutura Turística deverá apresentar uma visão do conjunto de atividades e projetos de investimento a serem realizados para o alcance dos objetivos de desenvolvimento do turismo sustentável, independentemente da fonte de financiamento a ser mobilizada e das entidades por eles responsáveis. Deverá estabelecer a relação de cada ação com as estratégias, vinculando-as a objetivos, tais como, o aumento do emprego e da renda proveniente dos turistas, o aumento dos benefícios para a população envolvida etc. A Infraestrutura turística é todo o conjunto formado por obras e instalações de estrutura física e de serviços, indispensáveis ao desenvolvimento do turismo e existentes em função dele.

**Detalhamento:** O Plano de Melhoria Urbana e Infraestrutura Turística, dentro do Plano do Desenvolvimento do Turismo Sustentável (PDITS), apresenta-se como a análise das ações necessárias para se concretizar as soluções diagnosticadas e propostas nas etapas anteriores do trabalho. É realizado dentro da terceira etapa do PDITS, após o levantamento do inventário turístico e do diagnóstico da infraestrutura da cidade.

Tem por finalidade expor ao cliente e demais interessados, de maneira clara e organizada, quais as obras necessárias para melhoria do desenvolvimento turístico da cidade, com detalhes suficientes para o bom entendimento do produto final, tais como sua descrição sucinta e a citação de exemplos de projetos similares existentes, bem como do processo de construção com o levantamento dos prazos e orçamentos estimados.

Nessa categoria estão incluídos projetos cuja elaboração e implementação podem contar com o financiamento do Governo Federal e de outros órgãos públicos da esfera municipal e estadual ou, mesmo, da iniciativa privada, como no caso das PPPs. Entre os projetos incluídos nessa categoria, podem ser citados aqueles voltados à:

* Infraestrutura urbanística diretamente relacionada às atividades turísticas;
* Infraestrutura de acesso, tais como estradas turísticas, ferrovias, pontes, rodovias, túneis e viadutos, orlas fluviais, lacustres e marítimas;
* Terminais rodoviários, ferroviários, aeroviários, fluviais, lacustres e marítimos;
* Edificações de uso público ou coletivo destinadas a atividades indutoras de turismo como centros de cultura, museus, casas da memória, centros de convenções, centros de apoio ao turista, teatros, centros de comercialização de produtos artesanais e mirantes públicos;
* Centros de qualificação de mão-de-obra para os setores de gastronomia, hotelaria e turismo;
* Parques ecológicos, temáticos e de exposições e rodeios;
* Pórticos e portais;
* Sinalização turística;
* Restauração de edifícios, monumentos e conjuntos históricos;
* Despoluição de praias, incluindo-se ações de urbanização, saneamento e limpeza;
* Aquisição de equipamentos necessários à funcionalidade dos objetos apoiados.

## O Plano de Melhoria Urbana e Infraestrutura Turística estará estruturado da seguinte forma:

1. Apresentação

O profissional da Empresa responsável pelo Plano de Melhoria Urbana e Infraestrutura Turística recebe, das etapas anteriores do PDITS, o diagnóstico da infraestrutura da cidade e a análise do impacto dessa infraestrutura dentro do desenvolvimento turístico, bem como a relação das ações diagnosticadas como fundamentais para o aperfeiçoamento da estrutura turística.

Com isso, é elaborado um cronograma de visitação onde o profissional da Empresa pontua os locais que deverão ser analisados em loco para as devidas medições e diagnósticos técnicos para a realização do detalhamento das obras.

1. Resumo Executivo do Diagnóstico Urbano

É a síntese das particularidades da cidade diagnosticadas nas etapas anteriores a esta. Pontuar os problemas e as possíveis soluções necessárias para a adequação da cidade ao turismo, citando os novos atrativos e a estruturação necessária, explicando os motivos destas implantações.

1. Relação dos Projetos

Apresentar a relação dos projetos a serem propostos, seguindo uma organização de acordo com a origem em que foram sugeridas, podendo ser: identificados no estudo do Diagnóstico; interesse da gestão municipal; e indicados pela população interessada.

* 1. Projetos Identificados no Estudo do Diagnóstico:

São os projetos propostos pela equipe de profissionais da Empresa ao longo do estudo decorrido.

* 1. Projetos de Interesse da Gestão Municipal:

Através de reuniões com os gestores públicos a Empresa abre a possibilidade da apresentação de outros projetos sugeridos pelo cliente. Discutir e analisar por ambas as partes a fim de decidir sua necessidade de inclusão.

* 1. Projetos de Indicação do Processo de Participação Popular:

Ao final de cada etapa do PDTIS são realizadas audiências públicas onde a comunidade é convidada a ouvir sobre o decurso do Plano e dar sugestões a fim de alinhá-lo às necessidades da população. Tais sugestões são analisadas pela Empresa com a possibilidade de sua inclusão no Plano de Melhoria Urbana e Infraestrutura Turística.

1. Detalhamento

Detalhar todos os projetos relacionados no item anterior a fim de expor ao cliente uma base teórica do que pode ser executado.

O detalhamento seguirá os seguintes itens para cada projeto:

* Memorial Descritivo da Obra:

Apresentar a conceituação do projeto, as premissas básicas adotadas, o detalhamento dos materiais empregados, e demais detalhes que possam ser importantes para o entendimento completo do projeto.

Vale entender que esta etapa não é e nem deseja ser o projeto em si, sua função é facilitar o entendimento da obra para todos os interessados no produto.

* Apresentação de Projetos Similares:

Apresentar quando pertinente projetos semelhantes já existentes ao que se deseja aplicar na cidade. Busca exemplificar e mostrar ao cliente um esboço do que se pretende chegar com a realização da obra.

* Programa de Usos:

Apresentar as necessidades para o uso da obra, ou seja, itens que a obra necessita para ter sua funcionalidade garantida aos futuros usuários, tais como: banheiros, assentos, áreas recreativas, áreas privadas, etc.

* Orçamento:

Elaborar um orçamento para cada projeto com base nas tabelas da CPOS/SINAPE.

Vale salientar que neste trabalho, o Plano de Melhoria Urbana e Infraestrutura Turísticas visa expor apenas um esboço da obra, sem entrar em detalhes de projeto e de execução, assim, todo valor orçado será obtido alinhando-se os custos médios de obras similares realizadas à obra proposta.

* Prazo de Execução:

Assim como no item anterior, também dentro das finalidades do Plano de Melhoria Urbana e Infraestrutura Turística neste trabalho, estimar um tempo necessário para a realização dessa obra.

Este prazo é também obtido através de experiências com obras similares, porém pode conter muitas variações de acordo com os métodos aplicados no planejamento e na execução da obra.

1. Resumo Executivo

Tópico final do caderno do Plano de Melhoria Urbana e Infraestrutura Turística. Apresenta tudo que é proposto nele de forma resumida, a fim de facilitar o entendimento geral de todo o processo.

É organizado dividindo os projetos em três diferentes programas: Acessibilidade, para todos que estão ligados ao acesso do turista ao atrativo; Edificação, para todas as novas construções que foram propostas; e Reforma, para os projetos que propõem reparos e manutenções em edificações já existentes.

A exposição desses projetos neste tópico será feita através de tabelas, onde serão citados, para cada projeto, seu objetivo, valor e prazo, de acordo com o detalhamento já apresentado.

Apresentar a proposição das diretrizes na formulação do Plano Diretor de Turismo do município.

1. Referência Bibliográficas

Deve ser padronizado conforme a ABNT:

* ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – citações em documentos – apresentação: NBR 10520. Rio de Janeiro, 2002.
* ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – referências – elaboração: NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.

## Plano de Fortalecimento Institucional

**Resumo:** Propor ações para o desenvolvimento e fortalecimento do turismo, de acordo com as necessidades apontadas no diagnóstico turístico e na analise swot.

**Detalhamento**: O plano de fortalecimento institucional do turismo propõe que o município desenvolva solu- ções criativas a fim de reduzir o impacto da atividade turística para a população. Este plano tem como obje- tivo promover uma administração pública democrática e eficiente. Para tanto é necessário que a instituição do turismo, ou seja, todos aqueles que participam direta ou indiretamente da atividade turística integrem o processo do fortalecimento institucional que desenvolverá diretrizes que orientem projetos, ações e pro- gramas.

O plano busca fortalecer a gestão pública do turismo e mostrar os instrumentos necessários para o desen- volvimento da atividade de maneira sustentável. Todas as ações e projetos propostos por esse plano são baseados no diagnóstico turístico e na pesquisa de sensibilização turística realizados anteriormente.

## O Plano de Fortalecimento Institucional de Turismo estará estruturado da seguinte forma:

1. Apresentação

Apresentar sobre a importância do fortalecimento institucional.

1. Oferta Turística

Propõe estratégias para ampliação e qualificação da oferta de serviços e produtos turísticos por meio da articulação do turismo nos âmbitos econômico, social e cultural, visando integrar a população no pro- cesso de fortalecimento e gerando benefícios para a mesma;

Esses projetos visam à melhoria dos serviços de atendimento direto ao turista, em todas as suas formas. Lembramos que o bom atendimento ao turista é um diferencial que deve ser prezado, pois o turista bem tratado, além de manifestar o desejo de retornar, poderá recomendar o passeio aos amigos.

Dessa categoria fazem parte os projetos de capacitação continuada dos profissionais que atuam nas áreas de meios de hospedagem e de alimentação, nas agências de viagem e locadoras em geral, nas prestadoras de serviços especializados aos turistas, na organização de eventos, feiras e congressos, nos serviços de guias de turismo, etc.

Também fazem parte dessa categoria os projetos de capacitação dos gestores públicos, de agentes de desenvolvimento para assistência técnica e apoio à formulação de projetos, além da capacitação de todos os agentes responsáveis pela fiscalização da atividade turística e pelo cumprimento das normas legais por parte dos prestadores de serviços turísticos ou que afetem os turistas, cadastramento de empresas e de empreendimentos turísticos, assim como capacitação e cadastramento dos guias e demais profissionais de turismo etc.

1. Gestão Pública e Municipal do Turismo

Aprofundar o conhecimento sobre o turismo e as diretrizes da atividade com os envolvidos na gestão. Estruturar e consolidar ações entre as instâncias de governança e a população.

Consultoria para se o caso para criação, organização e readequação da lei que institui o COMTUR – Conselho Municipal de Turismo e o FUMTUR – Fundo Municipal de Turismo.

Conselho Municipal de Turismo: órgão da Administração Municipal de caráter consultivo e deliberativo que conjuga esforços entre o poder público e a sociedade civil, para assessorar o município em questões referentes ao desenvolvimento do turismo. É por meio do Conselho Municipal de Turismo que a comunidade, representada por seus diversos segmentos, participa da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

Instituição se o caso do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR: criado por lei municipal para subsidiar as ações do Conselho, com o objetivo de concentrar recursos de várias procedências, com vista a promover a consolidação da atividade turística do município.

1. Sensibilização da Comunidade

Após a identificação feita pela a pesquisa, promover ações desenvolvendo o conhecimento do turismo local e mostrando a importância da atividade para a população:

Significa, na prática, convencer as pessoas da comunidade de que sua organização e seu envolvimento são condições essenciais para o fortalecimento do Destino. Além disso, é importante enfatizar que a sensibilização possibilita, a cada participante, conhecer, valorizar e divulgar os atrativos naturais e culturais de sua região.

Fazer com que o desenvolvimento turístico se torne realidade é possível, mas, para tanto, é preciso estar sensível, ter iniciativa, ser criativo e trabalhar em conjunto e de forma organizada. Quando as pessoas estão sensíveis e organizadas em torno de um interesse coletivo, as ações alinhadas a esse interesse, propostas pelos diversos programas do Estado e de outras organizações, tornam-se mais eficientes, e a consequência são os benefícios mais facilmente distribuídos entre todos.

Para desenvolver o processo de sensibilização, são necessárias mudanças de percepção e de comportamento, mediante o conhecimento do objeto transformador da realidade em análise: o turismo. Além disso, também são necessárias transformações que quebrem resistências e motivem as pessoas a compartilhar o crescimento econômico e social do País. Deste modo, torna-se mais importante o querer coletivo do que o ideal individual. Por isto existe a necessidade de desenvolver projetos nesta ação.

1. Economia do Turismo

Propor o desenvolvimento de estratégias para qualificar e diversificar a economia do turismo local, por meio da integração e formalização empresarial e do aprimoramento da gestão tributária municipal.

1. Referência Bibliográficas

Deve ser padronizado conforme a ABNT:

* + ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – citações em documentos – apresentação: NBR 10520. Rio de Janeiro, 2002.
  + ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – referências – elaboração: NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.

## Plano de Comunicação Integrada do Destino

**Resumo:** Plano de Comunicação Integrada do Destino.

**Detalhamento:** O Plano de ações em comunicação consiste na elaboração e planejamento de um conjunto de ações que utiliza as ferramentas de marketing, publicidade e relações públicas, com o objetivo principal de contribuir para o desenvolvimento sustentável do turismo através da promoção e comercialização do destino.

O plano é um instrumento que deve servir como um guia, para estabelecer as sequências de ações que serão realizadas dentro de um processo ordenado e coerente. Ele tem como base o estudo do diagnóstico atual da comunicação no município, as análise das pesquisas de demanda e de sensibilização, além do cenário do turismo e da comunicação atual no Brasil e no mundo.

É imprescindível a formulação de objetivos a serem trabalhados, levando em consideração a identificação de oportunidades, o apontamento de riscos, a apresentação de soluções para as falhas detectadas e sugestões de melhoria. E assim, há a seleção das melhores estratégias, buscando a utilização das ferramentas que assegurem a implementação dos programas de ações e o alcance dos resultados desejados.

O plano como um todo descreve a formulação de políticas e diretrizes de reorientação e programas de ação para assegurar o planejamento estratégico do desenvolvimento sustentável do Turismo na região, o estabelecimento de metas e projetos específicos para garantir a integração da sustentabilidade do desenvolvimento econômico, turístico e social da área de estudo, assim como a adoção programas que levem ao desenvolvimento sustentável do produto turístico regional, fatores como eficiência, qualidade e competitividade.

## O Plano de Comunicação Integrada do Destino estará estruturado da seguinte forma:

1. Plano de ações
   1. Apresentação do cenário

Avaliar as variáveis externas relacionadas ao destino quanto as tendências de evolução do mercado e a posição atual e potencial da cidade dentro desse contexto. A análise ao meio envolvente externo inclui fundamentalmente as tendências do mercado e a influência que essas tendências exercem sobre diversos aspectos como a economia, a demografia e a geografia, a cultura, a tecnologia, entre outros. Também é possível avaliar outros fatores que condicionam a atividade turística, como a política, as taxas cambiais, e catástrofes ambientais.

* 1. Análise da Situação

Realizar a avaliação do momento atual do da comunicação do turismo no destino, sob as mais diferentes óticas das partes interessadas por meio da coleta de informações, pesquisas, o estudo diagnósticos e análises de dados existentes.

* 1. Análise SWOT

SWOT é uma abreviação para os termos strengths, weaknesses, opportunities and threats, que em português traduzimos como forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. É uma espécie de análise da situação resumida, definindo as condições fundamentais que servirão de base para a escolha das estratégias a serem utilizadas. Identificando os Pontos fortes, Pontos fracos, Ameaças e Oportunidades, torna-se necessário definir de que forma podem ser transformados. Os resultados desta matriz

permitem identificar prioridade na busca de soluções para determinados pontos que afetam negativamente o negócio ou mesmo identificar os factores críticos de sucesso.

* 1. Definição de objetivo e metas

Apresentar os objetivos e metas do fortalecimento institucional. O estabelecimento de objetivos e metas é extrema importância, uma vez que se inicia o processo de definição da estratégia e se determina a sua direção. Os objetivos devem ser claros e reais para poderem ser comparados no futuro com os resultados efetivamente alcançados. Os objetivos de um plano podem determinar os patamares a alcançar num determinado período de tempo e devem preferencialmente ser quantificados.

* 1. Definição da estratégia

No extremo, o termo estratégia significa a arte, a habilidade e a técnica de conseguir combinar o mais eficazmente possível, os diferentes meios disponíveis criando linhas de atuação e gestão possíveis, tendo em vista alcançar os objetivos antes definidos. Podemos considerar diferentes tipos de estratégias mas há que ter sempre em mente que a estratégia deve conjugar os menores custos relativos e a obtenção dos maiores benefícios. Para entender a estratégia que será utilizada é necessário conhecer o mercado em que a o destino está inserido, quais são as perspectivas econômicas do setor e, principalmente, conhecer a demanda.

* 1. Projetos - Montagem do plano

É o momento onde serão definidas os programas de ações. Serão terminados os recursos, os responsáveis, os meios de execução, as ferramentas necessárias para que aconteçam.

* + 1. Investimento

A elaboração do plano de ações exige recursos. Apresentar os custos através de um orçamento. É apresentado o investimento necessário para atingir os objetivos definidos anteriormente, lembrando que são números aproximados que podem sofre reajustes.

* + 1. Cronograma de execução

Apresentar no cronograma as diferentes etapas da execução do plano, no período de tempo estimado que vão ocorrer e determinando prazos para serem executados. É uma forma não apenas de controlar e organizar, mas principalmente de distribuir e visualizar cada etapa do plano, estimando a duração de sua realização.

1. Resumo Executivo

Apresentar as particularidades do destino, pontuando as diretrizes apontadas pelo plano de marjketing e comercialização do destino para aformulação do Plano Diretor de Turismo do município.

1. Referência Bibliográficas

Deve ser padronizado conforme a ABNT:

* ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – citações em documentos – apresentação: NBR 10520. Rio de Janeiro, 2002.
* ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – referências – elaboração: NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.

## EIXO 04 – RESULTADOS

* 1. **Resumo Executivo/Cronograma de Execução**

**Resumo:** O cronograma de execução consiste num cronograma físico-financeiro (síntese das atividades de um plano de projeto, com as respectivas datas ou prazos em que serão executadas e com a valoração dos gastos que serão realizados ao longo do projeto). O resumo executivo consiste nas diretrizes gerias apontadas na fase do prognóstico e que nortearão a elaboração do Plano diretor de Turismo.

**Detalhamento:** A elaboração do cronograma físico-financeiro baseia-se em outros documentos que fazem parte dos planos operacionais do projeto. São eles:

1. Plano de trabalho, no qual são discriminados detalhadamente as atividades do projeto;
2. Os prazos previstos de sua execução;
3. Os responsáveis pela execução;
4. As metas qualificadas e quantificadas das ações;
5. Os planos de recursos humanos, materiais e financeiros (planos orçamentários ou orçamentos), que descrevem os insumos necessários (qualitativos e quantitativos) e os prazos para o seu ingresso no plano de trabalho.

Apenas depois que esses dados são planejados, mesmo que de forma aproximada, é possível estabelecer a relação entre o que vai ser feito, quando será feito e quanto custará, que é exatamente o objeto do cronograma físico-financeiro. Em alguns casos, esse cronograma associa um quarto fator, que é a origem do recurso. Este fator se refere a quem é o doador/financiador daquele recurso específico.

## Planos Operacionais:

Antes de estabelecermos qualquer conceito sobre planos operacionais chamamos a atenção para o fato de que qualquer tipo de projeto, independentemente do porte, da área de atuação, da abrangência ou de sua complexidade, precisa ser detalhado e organizado para ser implantado. Essa é a única maneira para que sua execução ocorra com eficiência e eficácia. No caso dos projetos específicos, como cada um tem seu próprio plano de projeto, essa fase de operacionalização deve ocorrer quando as atividades constantes do plano de projeto específico são detalhadas em suas subatividades e tarefas, e também quando são especificados os recursos (humanos, materiais e financeiros) necessários para a execução das atividades programadas. Dessa forma, os resultados previstos serão alcançados de acordo com o cronograma definido, dentro do tempo calculado.

Esse detalhamento terá como produto resultante os planos operacionais, que vão constituir toda a base do gerenciamento do projeto, ao lado das tarefas relativas à sua monitoria e avaliação.

O planejamento operacional engloba as etapas a seguir, que serão documentadas na forma de planos apresentados em formulários ou planilhas especiais, como:

1. Plano de trabalho – síntese das atividades, subatividades, tarefas e rotinas, metas, cronograma de ação, executor;
2. Orçamento – planejamento do orçamento dos planos de pessoal e de materiais (insumos);
3. Fixar os períodos nos quais as atividades e subatividades devem ser executadas, por meio de um cronograma mensal;
4. Indicar, de forma clara e resumida, os recursos necessários para a sua execução;
5. Indicar as metas a serem alcançadas pelas atividades e subatividades. Podemos entender o plano operacional como uma estrutura mínima para:
   1. Executar cada passo do trabalho individual;
   2. Definir a ocasião oportuna para utilização dos recursos;
   3. Estabelecer as bases para a monitoria e avaliação da implementação do projeto;
   4. Detalhar os pressupostos importantes, necessários para o êxito da implementação do projeto.

O plano de trabalho representa o primeiro detalhamento do plano do projeto. A existência de um plano de trabalho é essencial para o gerenciamento do projeto, além de ser a base para a elaboração dos demais planos operacionais, como os planos de recursos (materiais e humanos) e os respectivos planos orçamentários. Nessa etapa do planejamento é imprescindível que o detalhamento das ações seja o mais exato e minucioso possível, tanto em termos da descrição de cada subproduto das atividades (subatividades, tarefas), como em termos de suas metas, responsáveis e cronograma.

O plano de trabalho é o responsável pela concretização dos meios necessários para o alcance dos resultados programados no plano do projeto específico. A gestão do escopo do projeto, no qual se enquadra o plano de trabalho, ficará a cargo do coordenador do projeto, uma vez que o coordenador deve ser hierarquicamente superior aos executores das atividades previstas. Porém, a elaboração do plano de trabalho acontece de forma participativa, com a presença de representantes de todos os envolvidos nessa fase, como executores, parceiros, doadores e representantes dos beneficiários.

Ainda dentro dos planos operacionais, o passo seguinte é a elaboração do plano de recursos no qual são detalhados os recursos humanos necessários ao desenvolvimento das ações do projeto, os recursos materiais e os recursos financeiros indispensáveis para que todas as ações previstas possam ser executadas. Este é um passo crítico do planejamento, pois representa o momento em que se determina a possibilidade de execução das ações propostas dentro do horizonte temporal considerado.

A impossibilidade de realizar todas as ações previstas, às vezes, fica evidente quando definimos os planos de recursos, principalmente os planos orçamentários. Tal situação pode ser contornada com a alocação de novos recursos da mesma ou de outras fontes possíveis, ou a reavaliação do plano de trabalho com a consequente redução de atividades ou priorização daquelas realmente essenciais, desde que isso não altere o alcance dos resultados propostos.

No planejamento dos recursos materiais são especificados e dimensionados os equipamentos, os materiais de consumo e permanentes, as obras, as instalações, os serviços e outros encargos. Para cada uma dessas categorias, os recursos devem ser qualificados e quantificados, fazendo com que eles atendam às necessidades do projeto, a fim de que as atividades previstas possam ser realizadas. Da mesma maneira ocorre com o planejamento dos recursos financeiros, que envolve a qualificação e a quantificação de todos os custos relativos a pessoal e material.

No caso dos projetos específicos, o plano de recursos só deve ser detalhado se o executor for o próprio proponente. No caso de o projeto ser executado por terceiros, será apresentada apenas a consolidação dos recursos materiais, humanos e financeiros, sem maiores detalhamentos. A instituição ou empresa responsável pela execução terá por obrigação fornecer os dados e valores necessários para compor o plano do projeto.

## Plano Diretor de Turismo

***Resumo:*** Elaboração do Plano Diretor de Turismo irá estabelecer a Política Municipal de Turismo, as atribuições do Governo Municipal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, em consonância com o disposto na Lei nº 11.771/2008, de 17 de setembro de 2008, conhecida como Lei Geral do Turismo Brasileiro.

***Detalhamento:*** A propositura deverá levar em consideração as estruturas sociais e administrativas ligadas a turismo que existam no âmbito municipal e terá por objetivo: “Dispor sobre a Política Municipal de Turismo, definir as atribuições da Administração Pública Municipal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dar outras providências.”

Esta Lei estabelece normas sobre a Política Municipal de Turismo, define as atribuições do Governo Municipal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, em consonância com o disposto na Lei nº 11.771/2008, de 17 de setembro de 2008, conhecida como Lei Geral do Turismo Brasileiro.

Caberá a Secretária/Departamento Municipal de Turismo da Prefeitura Municipal estabelecer a Política Municipal de Turismo, planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito regional, Municipal e intermunicipal.

O poder público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico Municipal.

A Lei deverá tratar também do suporte financeiro ao setor turístico será viabilizado por meio dos seguintes mecanismos operacionais de canalização de recursos:

1. da lei orçamentária anual, alocado ao Departamento Municipal de Turismo;
2. do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR;
3. de linhas de crédito de bancos e instituições oficiais;
4. de agências de fomento ao desenvolvimento regional;
5. alocados pela União e pelo Estado
6. de organismos e entidades nacionais e internacionais.

A Lei também deverá prever a classificação dos Prestadores de Serviço Municipal do Turismo.

Consideram-se prestadores de serviços turísticos, para os fins desta Lei, as sociedades empresárias, sociedades simples, os empresários individuais e os serviços sociais autônomos que prestem serviços turísticos remunerados e que exerçam as seguintes atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo:

1. - meios de hospedagem;
2. – Guias ou Condutores Locais; III - agências de turismo;
3. - transportadoras turísticas;
4. – organizadoras de eventos; VI - parques temáticos;
5. - acampamentos turísticos;
6. – Restaurantes, Lanchonetes, Bares e Afins – A&B; e
7. – Empreendimentos de exploração de Atrativos Turísticos Naturais ou recursos de potencial ecológico. A Lei também deverá criar o Cadastro Municipal de Turismo.

Poderão ser cadastradas na Secretaria/Departamento Municipal de Turismo, atendidas as condições próprias, as sociedades empresárias que prestem os seguintes serviços:

* 1. restaurantes, cafeterias, bares e similares;
  2. centros ou locais destinados a convenções ou a feiras e a exposições e similares;
  3. parques temáticos aquáticos e empreendimentos dotados de equipamentos de entretenimento e lazer;
  4. empreendimentos de apoio ao turismo de pesca desportiva;
  5. casas de espetáculos e equipamentos de animação turística;
  6. organizadores, promotores e prestadores de serviços de infra-estrutura, locação de equipamentos e montadoras de feiras de negócios, exposições e eventos;
  7. locadoras de veículos para turistas, inclusive taxis; e
  8. prestadores de serviços especializados na realização e promoção das diversas modalidades dos segmentos turísticos, inclusive atrações turísticas e empresas de planejamento, bem como a prática de suas atividades.

A Lei deverá prever também os deveres dos prestadores de serviços turísticos:

1. mencionar e utilizar, em qualquer forma de divulgação e promoção, o número de cadastro, os símbolos, expressões e demais formas de identificação determinadas pela Secretaria/Departamento Municipal de Turismo;
2. apresentar, na forma e no prazo estabelecido pela Secretaria/Departamento Municipal de Turismo, informações e documentos referentes ao exercício de suas atividades, empreendimentos, equipamentos e serviços, bem como ao perfil de atuação, qualidades e padrões dos serviços por eles oferecidos;
3. manter, em suas instalações, livro de reclamações e, em local visível, cópia do certificado de cadastro;
4. manter, no exercício de suas atividades, estrita obediência aos direitos do consumidor e à legislação ambiental; e
5. utilizar em todo e qualquer material promocional ou de divulgação a logomarca instituída pela Secretaria/Departamento Municipal de Turismo como identidade visual característica, assim como o slogan que estiver sendo utilizado, como parte do esforço de marketing de fixação da marca junto ao público-alvo.
6. Deverá prever também a Fiscalização.

A Secretaria/Departamento Municipal de Turismo, no âmbito de sua competência, fiscalizará o cumprimento desta Lei por toda e qualquer pessoa, física ou jurídica, que exerça a atividade de prestação de serviços turísticos, cadastrada ou não, inclusive as que adotem, por extenso ou de forma abreviada, expressões ou termos que possam induzir a erro quanto ao real objeto de suas atividades.

**O Plano Diretor de Turismo estará estruturado da seguinte forma**: LEI COMPLEMENTAR N.º XX/YYYY

TÍTULO I – Princípios, Diretrizes e Instrumentos do Plano: Deverá conter uma descrição sucinta dos princípios

básicos que nortearão o plano diretor de turismo

* + CAPÍTULO I: Deverá apresentar os objetivos, principais conteúdos do plano e a abrangência deste plano.
  + CAPÍTULO II: Deverá apresentas as principais diretrizes de desenvolvimento turístico municipal que nortearão o turismo.
  + CAPÍTULO III: Deverá redigir sobre os instrumentos para implantação do plano diretor de turismo, bem como apresentar cada instrumento (Seção I: Institucional, Seção II: Normativo e reguladores das atividades turísticas e Seção III: financeiro) em seções dentro deste capítulo.

TÍTULO II - Desenvolvimento Turístico Municipal: O desenvolvimento turístico municipal depende do apoio, da estruturação e da implantação dos projetos estabelecidos na presente Lei, devendo ser levado em consideração todas as atividades econômicas, culturais, estruturais e científicas, relacionadas ao Turismo tendo como objetivo a expansão das atividades do setor e o fortalecimento do Município como núcleo turístico, desta forma, o esta etapa deve apresentar no mínimo:

1. Objetivos da política de desenvolvimento turístico;
2. Os Programas de apoio;
3. O papel do poder Executivo no turismo.
   * CAPÍTULO I – Objetivo da política de fomento do turismo
     + SEÇÃO I - PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA: Apresentar as principais ações, diretrizes e projetos que nortearam o programa de infraestrutura turístico
     + SEÇÃO II - PROGRAMA DE INCENTIVOS: Apresentar no que consistirá o programa de incentivos e os principais projetos (diretrizes) para incentivar o turismo no município.
   * CAPÍTULO II – MARKETING
     + SEÇÃO I – PROGRAMA DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS: Apresentar sobre a implantação do programa de informações turísticas, projetos de sinalização turísticas (principais ações e diretrizes), e demais ações pertinente a seção.
     + SEÇÃO II - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: Apresentar as principais diretrizes que nortearão a integração e cooperação entre municípios, bem como os principais projetos pertinentes a implementação de marketing voltados para a integração regional.
     + SEÇÃO III - PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DO PRODUTO TURÍSTICO: Apresentar as principais ações, projetos e diretrizes que contribuirão para a distribuição, padronização, articulação, parcerias, entre outros para promover o produto turístico do município.
     + SEÇÃO IV - PROGRAMA DE PROMOÇÃO: Apresentar os principais projetos, ações e diretrizes que nortearão a promoção turística do município no cenário local, regional e nacional.
     + SEÇÃO V - PROGRAMA DE IMAGEM DO MUNICÍPIO: Apresentar os projetos, ações e diretrizes que deverão ser trabalhados para promover a imagem do município como destino turístico.
     + SEÇÃO VI - PROGRAMA DE FORMATAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS: Apresentar as ações que a Secretaria Municipal de Turismo, COMTUR, entidades públicas e privadas interessadas e organizações locais públicas e privadas poderão promover para desenvolver novos produtos.
   * CAPÍTULO III – REGULAMENTAÇÃO
     + SEÇÃO I – PROGRAMA DE REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA: Apresentar as ferramentas que o município disporá para estabelecer padrões de qualidade dos serviços
     + SEÇÃO II - PROGRAMA DE REGULAMENTAÇÃO DO USO DOS RECURSOS: Apresentar diretrizes e ações que órgãos interessados e a Prefeitura Municipal disporá por meio desta lei para promover práticas sustentáveis do turismo.
   * CAPÍTULO IV – QUALIDADE DOS SERVIÇOS
     + SEÇÃO I – PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DA MÃO DE OBRA: Apresentar as principais diretrizes, projetos e ações para promover a capacitação da mão de obra dos profissionais que trabalham diretamente com a atividade turística.
   * CAPÍTULO V – DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO
     + SEÇÃO I – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO: Apresentar as principais diretrizes, projetos e ações para promover o desenvolvimento estratégico do turismo no município.
   * CAPÍTULO VI – GESTÃO
   * SEÇÃO I – PROGRAMA DE ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL / LIDERANÇA: Apresentar as principais diretrizes a ações para organização do turismo, quanto ao COMTUR, organização do empresariado, organização local e regional, e demais projetos pertinentes.
     + SEÇÃO II - PROGRAMA DE ORGANIZAÇÃO TÉCNICA: Dispor sobre a ações e diretrizes que venho promover a estrutura administrativa para a gestão do desenvolvimento integrado e sustentável da atividade turística no Município.
     + SEÇÃO III - PROGRAMA DE CONTROLE DA ATIVIDADE: apresentar as principais diretrizes e ações para promover o controle da atividade turística
     + SEÇÃO IV - PROGRAMA DE PLANEJAMENTO: apresentar as principais ações, diretrizes e projetos que visam promover o planejamento contínuo da atividade turística.
   * CAPÍTULO VII – PRAZOS – Apresentar as principais diretrizes a ações que promoverão a efetivação dos prazos/cronograma previsto no plano de desenvolvimento sustentável e integrado do turismo apresentados na fase do prognóstico.

TÍTULO III - MACROZONEAMENTO TURÍSTICO: Apresentar o macrozoneamento turístico municipal, sua classificação e o mapa de mapa de zoneamento, potencialidade e segmentação turística apresentada pelo plano de desenvolvimento integrado e sustentável do turismo.

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável** | | | | | |
| **Eixo** | **Tema** | **Produto** | **Variável** | **Proporcionalidade** | **\*Prazos (dias)** |
| Contextualização Municipal | Inventário | 01. Inventário da Oferta Turística | | 15% | 45 |
| Georreferenciamento | 02. Georreferenciamento e Geoprocessamento Turístico | | 5% | 45 |
| **1 - Audiência Pública Apresentação e Discussões dos Resultados** | | | | | |
| Análise Situacional | Diagnóstico | 03. Diagnóstico Situacional do Destino | Oferta Turística | 20% | 90 |
| Gestão Ambiental | 90 |
| Comunicação Integrada | 90 |
| Infraestrutura Urbana e Turís-  Tica | 90 |
| Pesquisa | 04. Pesquisa de Demanda e Fluxo Turístico | | 3% | 90 |
| 05. Pesquisa de Sensibilidade Turística Local | | 3% | 90 |
| **1 - Oficina (Analise Situacional e Construção da Matriz Swot)** | | | | |
| Potencialidade | 06. Estudo de Potencialidade Turística e Análise de Swot | | 3% | 120 |
| **2 - Audiência Pública Apresentação e Discussões dos Resultados** | | | | | |
| Prognóstico | Planos das Variáveis | 07. Plano de Gestão Ambiental | | 10% | 180 |
| 08. Plano de Melhoria Urbana e Infraestrutura Turística | | 10% | 180 |
| 09. Plano de Fortalecimento Institucional | | 10% | 180 |
| 10. Plano de Comunicação Integrada | | 10% | 180 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **2 - Oficina (Discussão dos Resultados do Prognóstico)** | | | | |
| Resultados | Plano Diretor de Turismo | 11. Plano Diretor de Turismo | 5% | 210 |
| Resumo e Cronograma | 12. Resumo Executivo e Cronograma Físico | 6% | 210 |
| **Conferencia Municipal de Turismo - Apresentação do Plano Diretor de Turismo** | | | | |
| **Total** | | | **100%** | **210 dias** |

1. **FORMA DE APRESENTAÇÃO**

Os produtos devem ser entregues em 02 (duas) vias originais, impressas em qualidade "Laserprint" ou similar, em papel formato A4, de acordo com as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os mapas, desenhos e gráficos deverão ser apresentados de modo adequado para sua perfeita compreensão, em CD-ROM, formatados para ARCINFO, ARCVIEW ou ERDAS, e em duas vias originais.

A versão final do Plano Municipal de Turismo, deve ser fornecida em capa dura, bem como em CD-ROM, formatado e gravado no editor de texto "Word” da Microsoft, de comum acordo com o contratante.

Também deve seguir as seguintes instruções durante a redação dos documentos finais e intermediários.

O material cartográfico de fonte secundária deverá ser entregue em 02 (duas) vias originais, em escalas e formatos previamente aprovados pela equipe de trabalho, de acordo com as normas brasileiras. Todas as informações georreferenciadas devem ser entregues CD-ROM, e apresentadas em formato para ARCINFO, ARCVIEW e/ou ERDAS.

Devem ser fornecidas informações detalhadas, em papel e meio eletrônicas: descrição geral dos arquivos produzidos, procedimentos adotados para a digitalização de dados cartográficos, escala, data e fonte desses dados, tipo (mapa em papel, imagens de satélite etc.), data da digitalização dos dados cartográficos, problemas existentes nos dados, projeção cartográfica utilizada e todos os parâmetros necessários para sua interpretação (datum, meridiano central, zona).

Todos os produtos auxiliares, necessário para melhor compreensão dos planos poderão aparecer como Anexos dos PDITS, de forma a manter o corpo principal do plano mais coeso e sucinto. A versão final dos PDITS deverá sofrer uma revisão profissional da gramática e da ortografia, a cargo do Contratado.

## PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E VALIDAÇÃO DOS PDITS

Como parte dos serviços de consultoria, previsão no orçamento da organização e da realização de eventos de participação e validação dos PDITS (reuniões técnicas, oficinas, audiências públicas), com a participação de representantes da contratante, dos órgãos governamentais envolvidos, do trade turístico, do Conselho de Turismo, de outros setores econômicos interessados, das associações civis e das comunidades dos destinos.

Deverão ser realizados e amplamente divulgados, no mínimo, cinco desses eventos, durante a execução dos trabalhos, com o objetivo de divulgar os resultados dos trabalhos, discutir as pro- postas e receber sugestões dos participantes, preferencialmente Oficinas Públicas, nos seguintes momentos:

1. Audiência Pública Apresentação e Discussões dos Resultados;
2. Oficina (Analise Situacional e Construção da Matriz Swot);
3. Audiência Pública Apresentação e Discussões dos Resultados;
4. Oficina (Discussão dos Resultados do Prognóstico);
5. Conferencia Municipal de Turismo - Apresentação do Plano Diretor de Turismo.

## 11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. V. Matriz de Avaliação do Potencial Turístico de Localidades Receptoras.

Editora: Turismo em Análise. Vol. 20, nº 2. Dezembro 2009.

BRASIL. Lei Geral do Turismo n.º 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Turismo e acessibilidade: Manual de Orientações / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2006. 294 p.

BRASIL, Ministério do Turismo. Projeto Vivências Brasil: Aprendendo com o Turismo Nacional - Relatório de visita técnica da Estrada Real. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

DICIO, DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em:

[http://www.dicio.com.br/fluxo/.](http://www.dicio.com.br/fluxo/) Acesso em: 07/06/2016.

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB); ENGENHARIA E TECNOLOGIA

AMBIENTAL (WALM). Infraestrutura Urbana. São Paulo. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/EIA_Capi> tulo\_II\_MeioSocioeconomico\_parte5.pdf. Acesso em: 07/06/2016.

FERREIRA, L. F.; COUTINHO, M. C. B.. Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia. Brasília: MMA/SCA/Proecotur, 2002.

GOMES, Isabela Motta. Como elaborar uma pesquisa de mercado. Belo Horizonte: SEBRAE MINAS. 2013.

INSTITUTO DE ENGENHARIA. NORMA TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL. NORMA TÉCNICA IE – Nº 01/2011.

INFOPÉDIA, DICIONÁRIOS PORTO EDITORA. Disponível em:

[http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/deslocamento.](http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/deslocamento) Acesso em: 07/06/2016.

MOURA, F. A., Montini, A. A. Modelagem da Demanda Turística Internacional para o Estado de São Paulo. Sociedade, Contabilidade e Gestão. Vol. 5, nº 2. Rio de Janeiro. Dezembro. 2010.

NÚCLEO DE PESQUISA EM QUALIDADE DE VIDA (NPQV). Infraestrutura Urbana.

Departamento de Economia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Disponível em:

<http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/nucleos/NPQV/Relatorio_IEQV/infraestr> utura.pdf. Acesso em: 09/06/2016.

PIMENTEL, G. PIRES, S. H. Metodologia de Avaliações de Impacto Ambiental: Aplicações e seus Limites. Trabalho apresentado ao Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (SNPTEE). Rio de Janeiro, 1991.

PORTAL EDUCAÇÃO. Serviços Urbanos Básicos. Portal Educação, 19 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/turismo-e-hotelaria/artigos/33911/servicos-> urbanos-basicos#!1. Acesso em: 14/06/2016.

SEBRAE-SP. Cadernos de Atrativos Turísticos. São Paulo, BR. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/guias_cartilhas/turismo_entendendo_o_> atrativo\_turistico.pdf. Acesso em: 08/06/2016.

SCHEAFFER, R. L; Mendenhall, William III. Survey Sampling. Editora: Thomson -Brooks/Cole. Ed. 6ª. 2006.

## ANEXO III

**TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2018 PROCESSO Nº 047/2018 - EDITAL Nº 045/2018**

**PROPOSTA COMERCIAL**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANANÉIA

Fornecedor: CNPJ nº Endereço: nº Complemento: Bairro: Cidade: Estado: CEP

E-mail:

Banco: - Agência: - Conta: Telefone para contato

Objeto: contratação de empresa especializada para desenvolvimento do Plano Diretor de Turismo, com repasse realizado pela Secretaria de Turismo – Departamento de Apoio ao Desenvolvi- mento das Estâncias – DADE nº 235/2014 de acordo com o Convênio nº 164/2014 e conforme especificações técnicas constantes do Anexo I – Termo de Referência.

Segue nossa proposta para a execução dos serviços objeto desta licitação:

## Valor Global da Proposta: R$.....,...

A apresentação desta Proposta será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação do licitante neste certame.

## ANEXO IV

**TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2018 – PROCESSO Nº 047/2018**

**MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE CANANEIA E A EMPRE-

SA PARA A CONTRATAÇÃO DE

EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO DO PLANO DIRETOR DE TURISMO, COM REPASSE REALIZADO PELA SECRE- TARIA DE TURISMO – DEPARTAMENTO DE APOIO AO DESEN- VOLVIMENTO DAS ESTÂNCIAS – DADE Nº 235/2014 DE ACORDO COM O CONVÊNIO Nº 164/2014 E CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA QUE INTEGRAM O EDITAL.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE CANANÉIA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Independência, 374, Rocio, nesta cidade de Cananeia /SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.585.956/0001-01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. **GABRIEL DOS SANTOS OLIVEIRA ROSA,** de ora em diante designado **CONTRATANTE**, e a empresa

, inscrita no CNPJ sob n.º , com sede na

, n.º , - , representada na forma de seu esta- tuto/contrato social pelo Sr.(a.) , RG nº. e CPF n° , na qualidade de vencedora da Tomada de Preços n.º /2018, doravante denominada **CON- TRATADA**, nos termos da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, firmam o presente contrato, com as seguintes cláusulas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

**1.1**- Escolha da proposta mais vantajosa, por preço, visando a contratação de empresa especializada para desenvolvimento do Plano Diretor de Turismo, com repasse realizado pela Secretaria de Turismo – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias – DADE nº 235/2014 de acordo com o Convênio nº 164/2014 e conforme especificações técnicas constantes do Anexo I – Termo de Referência que integram o edital. e conforme proposta do **CONTRATANTE**.

**1.2**- Consideram-se parte integrante do presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

1. Edital da TOMADA DE PREÇOS n° /2018 e seus respectivos Anexos; e
2. a proposta de de \_ de 2018, apresentada pela **CONTRATADA**.
3. **1.3**- O regime de execução é de **empreitada por preço global**.

**1.4**- O objeto da presente contratação poderá sofrer, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões nos termos do art. 65, § 1°, da Lei Federal n° 8.666/93.

## CLÁUSULA SEGUNDA CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

**2.1**- Os serviços deverão ser executados conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo II do edital e serão recebidos e fiscalizados pela **Secretaria Municipal de Turismo e Cultura;**

**2.1.1-** Correrão por conta da **CONTRATADA,** as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como materiais, equipamentos, acessórios, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes de sua execução.

**2.2**- A **CONTRATADA** deverá apresentar para a **CONTRATANTE**, antes do início dos serviços e **em até 10 dias após a publicação do extrato deste contrato**, os seguintes documentos:

**2.2.1**- Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, com base no valor total do contrato e ARTs dos corresponsáveis pelas áreas de atuação;

**2.2.2**- Nome, formação, nº. do CREA, endereço, telefone comercial e e-mail do engenheiro/técnico coordenador geral que será o seu representante imediato e responsável direto pelos serviços e assuntos de ordem operacional com competência técnica para o artigo 2º ou 7º ou 23º da Resolução nº 218 de 29/06/73 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, como também do Técnico de Segurança;

**2.3**- A Comissão de Fiscalização terá **três dias úteis** para analisar os documentos entregues e emitir a **Autorização para Início dos Serviços**.

**2.4**- O prazo de execução dos serviços é de até **360** (trezentos e sessenta) **dias** contados da data do recebimento pela **CONTRATADA** da **Autorização para Início dos Serviços**.

**2.5**- Os serviços a serem realizados e os materiais a serem fornecidos deverão obedecer às Normas reconhecidas, em suas últimas revisões, tais como:

**2.5.1**- Normas de Segurança em Edificações do CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;

**2.5.2**- Normas de Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

**2.5.3**- Normas e Instruções de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho;

**2.5.4**- Leis, Decretos, Regulamentos e Dispositivos Legais emitidos pelas autoridades governa- mentais, em âmbito Municipal, Estadual e Federal e pertinentes à execução dos serviços ora contratados.

**2.6**- A **CONTRATADA** não poderá subcontratar a execução dos serviços;

## CLÁUSULA TERCEIRA CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

**3.1**- O recebimento dar-se-á por intermédio do **CONTRATANTE**, que expedirá a **Autorização para Início dos Serviços**, os **Atestados de Realização dos Serviços** e os **Termos de Recebimento Provisório** e **Definitivo**;

**3.1.1**- Somente serão expedidos os Atestados de Realização dos Serviços e os Termos de Recebimento se o objeto estiver plenamente de acordo com as disposições constantes no Termo de Referência e na proposta comercial apresentada pela **CONTRATADA**;

**3.1.2**- O Termo de Recebimento Definitivo será expedida pelo **CONTRATANTE**, após a constatação de cumprimento integral dos termos do presente Contrato e Termo de Referência – Anexo II do Edital.

**3.2**- Executado, o objeto será recebido mediante termo circunstanciado assinado pelas partes: **3.2.1**- **Provisoriamente**, após vistoria completa, em até **10** (dez) **dias** contados da data em que a **CONTRATADA** comunicar, por escrito, a conclusão total do objeto;

**a)** O recebimento provisório será caracterizado pela emissão do Termo de Recebimento Provisório, com expressa concordância em receber o objeto provisoriamente;

**3.2.2**- **Definitivamente**, em **até 20** (vinte) **dias** da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório;

**a)** O Termo de Recebimento Definitivo será lavrado desde que a **CONTRATANTE** tenha aprovado a completa adequação do objeto aos termos contratuais.

**3.3**- Constatadas irregularidades no objeto, a **CONTRATANTE**, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

**3.3.1**- Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Termo de Referência do edital da licitação, determinando sua correção/substituição;

**3.3.2**- Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.

**3.4**- As irregularidades deverão ser sanadas pela **CONTRATADA**, no prazo máximo de **cinco dias úteis**, contados do recebimento da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente oferta- do.

**3.5**- O recebimento provisório ou definitivo não exime a **CONTRATADA** de sua responsabilidade, na forma da Lei, pela qualidade, correção e segurança dos serviços prestados.

## CLÁUSULA QUARTA

**VALOR, RECURSOS E PAGAMENTO**

**4.1**- O valor total deste contrato é de R$ ( ).

**4.2**- O valor é fixo e irreajustável.

**4.3**- A despesa onerará os recursos orçamentários e financeiros da seguinte ficha orçamentária:

Ficha: 403

Unidade Orçamentária: 02.40.00 – Secretaria de Turismo e Cultura Unidade Executora: 02.40.01 – Divisão de Cultura

Função / Sub-Função: 23.695 – Turismo

Projeto / Atividade: 1022 – Desenvolvimento do Plano Diretor de Turismo Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica Destinação do Recurso: 02.100.0082 Execução do Plano Diretor de Turismo Programa: 0104– Gestão de Serviços Públicos de Lazer, Cultura

**4.4**- Os pagamentos serão efetuados mensalmente pela Tesouraria do **CONTRATANTE**, com base nos serviços efetivamente executados e medidos, na sua totalidade, mediante a comprovação do recolhimento de encargos e tributos referentes aos serviços prestados (INSS, FGTS e ISSQN), em conformidade com a Medição aprovada e os Cronogramas Físico e Financeiro (Memorial Descritivo - Anexo II do Edital).

**4.4.1**- Os pagamentos serão realizados mediante depósito na conta corrente bancária, em nome da **CONTRATADA** e por ela definida, em até **30 dias** após a emissão da respectiva nota fiscal de serviço, devidamente atestada pelo fiscal do contrato e de acordo com as previsões deste contrato.

**4.5**- A contagem do prazo para pagamento terá início e encerramento em dias de expediente junto ao órgão **CONTRATANTE**.

**4.6**- Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para o pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização.

## CLÁUSULA QUINTA VIGÊNCIA

**5.1**- A vigência iniciar-se-á na data de assinatura deste contrato, encerrando-se na data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

## CLÁUSULA SEXTA

**OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além das obrigações dispostas no Termo de Referência – Anexo II do edital, a Contratada obriga- se a:

**6.1**- Fornecer mão de obra, equipamentos, materiais, acessórios e tudo mais que for necessário ao pleno desenvolvimento do objeto contratado, em volume, qualidade e quantidades compatíveis para sua conclusão dentro do prazo estabelecido.

**6.2**- Arcar com todas as despesas para efetivo atendimento ao objeto contratado, tais como materiais, equipamentos, acessórios, instalação, ensaios, consertos, testes, análises de materiais e equipamentos, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes de sua execução.

**6.3**- Zelar pela disciplina nos locais dos serviços, retirando qualquer funcionário considerado como de conduta inconveniente pelo **CONTRATANTE**.

**6.4**- Manter seu pessoal identificado através de crachás, com fotografia recente e provendo-os dos equipamentos necessários para execução do objeto contratado.

**6.5**- Respeitar o uso dos espaços e retirar todo material remanescente proveniente dos serviços executados, bem como, após o término dos trabalhos, efetuar a limpeza geral e completa em todas as áreas contempladas.

**6.6**- Observar as boas práticas, técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização dos serviços que são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

**6.7**- Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias por meio de seus em- pregados ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito.

**6.8**- É de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** a guarda do local dos serviços, materiais e equipamentos utilizados até o recebimento definitivo do objeto pelo **CONTRATANTE**.

**6.9**- Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução deste contrato;

**6.9.1-** A inadimplência da **CONTRATADA** em relação aos encargos não transfere ao **CONTRA- TANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

**6.10**- Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, na execução deste contrato.

**6.11**- Manter preposto que representará e acompanhará a execução deste contrato, prestando, ainda, a assistência técnica necessária para a consecução dos trabalhos deste contrato.

**6.11.1-** O preposto deverá comparecer nos locais da execução dos serviços em todos os dias de atividade, permanecendo neste, durante o tempo que for necessário.

**6.12**- Fornecer a supervisão e administração necessária à execução dos serviços.

**6.13**- Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**6.14**- Apresentar à **CONTRATANTE**, quando solicitado, comprovantes de pagamentos de salá- rios, apólices de seguro contra acidente de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias relativas aos seus empregados que foram alocados à prestação dos serviços deste contrato.

**6.15**- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

**6.16**- Encaminhar a relação dos funcionários que prestarão os serviços, constando nomes e números das cédulas de identidade, com antecedência mínima de **48 horas** do início das atividades.

## CLÁUSULA SÉTIMA OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**7.1**- Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

**7.2**- Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato.

**7.3**- Notificar por escrito a ocorrência de irregularidades durante a execução dos serviços.

## CLÁUSULA OITAVA GARANTIA CONTRATUAL

**8.1**- Para garantia da execução dos serviços ora pactuados, a **CONTRATADA** efetivou, conforme diretrizes preestabelecidas no instrumento convocatório, a garantia correspondente à R$

( ) equivalentes a **5%** (cinco por cento) do valor total deste con- trato.

**8.2**- A garantia prestada pela **CONTRATADA** será liberada ou restituída após a execução do contrato, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

**8.3**- Se o valor da garantia for utilizado no pagamento de quaisquer obrigações, incluindo a in- denização de terceiros, a **CONTRATADA**, notificada por meio de correspondência simples, obrigar-se-á a repor ou completar o seu valor, no prazo máximo e improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento da referida notificação.

**8.4**- Ao **CONTRATANTE** cabe descontar da garantia toda a importância que a qualquer título lhe for devida pela **CONTRATADA**.

## CLÁUSULA NONA RESCISÃO E SANÇÕES

**9.1**- O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da lei federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela lei federal nº. 8.883, de 8 de junho de 1994, autorizam, desde já, o **CONTRATANTE** a rescindir unilateralmente este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal.

**9.2**- Aplicam-se a este contrato as sanções estipuladas na Lei Federal nº. 8.666/93 e na Resolução nº. 5, de 1º de setembro de 1993, alterada pela Resolução nº. 3/2008, do **CONTRATANTE**, que a **CONTRATADA** declara conhecer integralmente.

**9.3**- No caso de rescisão administrativa unilateral, a **CONTRATADA** reconhecerá os direitos do **CONTRATANTE** de aplicar as sanções previstas no Edital, neste ajuste e na legislação que rege a licitação.

**9.4**- A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da **CONTRATADA** pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.

**9.5**- A aplicação das penalidades não impede o **CONTRATANTE** de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela **CONTRATADA**.

## CLÁUSULA DÉCIMA FORO

**10.1**- O foro competente para toda e qualquer ação decorrente do presente contrato é o Foro da Comarca de Cananéia.

**10.2**- E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato para todos os fins de direito.

Cananeia, de de 2018.

|  |  |
| --- | --- |
| **GABRIEL DOS SANTOS OLIVEIRA ROSA**  **PREFEITO MUNICIPAL**  **TESTEMUNHA 1**  **Nome RG** | **EMPRESA VENCEDORA**  **Responsável**  **TESTEMUNHA 2**  **Nome RG** |

## ANEXO V

## CARTA CREDENCIAL

**TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2018 PROCESSO Nº \_047/2018**

À PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA DE CANANEIA

Referência: Tomada de Preços nº /2018

Pelo presente, designo o Sr. , portador do RG nº

para representante da empresa , CNPJ:

, estando ele credenciado a responder junto a V. Sas. em tudo o que se fizer necessário durante os trabalhos de abertura, exame, habilitação, classificação e interposição de recursos, relativamente à documentação de habilitação e à proposta por nós apresentadas para fins de participação na licitação em referência.

Cananéia, de de 2018.

Assinatura do representante legal Nome do Representante:

RG do Representante nº:

## ANEXO VI

**TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2018 PROCESSO Nº 047/2018**

**DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE***.*

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no ato convocatório, que a empresa (denominação da pessoa jurídi- ca), CNPJ nº é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de comprovar a regularidade fiscal somente para efeito de assinatura de contrato, previsto nos artigos 42 e 43 da referida lei complementar, no procedimento licitatório da Tomada de Preços nº /18, realizado pela Prefeitura Municipal da Estância de Cananéia/SP.

.............................. , .... de ............... de 2018.

Assinatura do representante Legal

Nome

RG nº...................................

(Carimbo da empresa)

## ANEXO VII

**TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2018 – PROCESSO Nº 047/2018**

**MODELO ARQUIVO DECLARAÇÕES**

**(FASE HABILITAÇÃO)**

Eu (nome completo), representante legal da empresa

(denominação da pessoa jurídica), participante da Tomada de Preços nº /18, da Prefeitura Municipal da Estância de Cananéia/SP, **DECLARO** sob as penas da lei:

1. Nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
2. Que a empresa atende as normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo;
3. Estar ciente de que registro(s) no CADIN ESTADUAL (Lei Estadual nº 12.799/08), impede(m) a contratação com este Tribunal de Contas;
4. Para o caso de empresas em recuperação judicial: estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverei apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
5. Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverei apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas;
6. Para microempresas ou empresas de pequeno porte: que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, cujos termos conheço na íntegra.

Cananéia, de de 2018.

Nome e assinatura do representante legal RG nº ...................

## ANEXO VIII

**TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2018 – PROCESSO Nº 047/2018**

**ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para desenvolvimento do Plano Diretor de Turismo, com repasse realizado pela Secretaria de Turismo – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias – DADE nº 235/2014 de acordo com o Convênio nº 164/2014 e conforme especificações técnicas constantes do Anexo I – Termo de Referência que integram o edital.

Atestamos, para fins de participação na Tomada de Preços nº /2018, promovida por esta Prefeitura Municipal da Estância de Cananéia, que o Sr. , RG nº

, representante da empresa , Fone/Fax: ( )

, E-mail: ,esteve neste local em / /2018, reconhecendo os locais de execução dos serviços.

(Dados do representante desta Prefeitura Municipal de Cananéia pelo acompanhamento da vistoria)

Nome completo: Setor: Cargo: Assinatura:

........................... , .... de ............... de 2018.

Assinatura do representante legal Nome

RG nº...................................

(carimbo da empresa)

## ANEXO IX

**TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2018 - PROCESSO Nº 047/2018**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (TCE/SP)**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para desenvolvimento do Plano Diretor de Turismo, com repasse realizado pela Secretaria de Turismo – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias – DADE nº 235/2014 de acordo com o Convênio nº 164/2014 e conforme especificações técnicas constantes do Anexo I – Termo de Referência que integram o edital.

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Esta- dual n° 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

*Cananéia, de de 2018,*

|  |  |
| --- | --- |
| **GABRIEL DOS SANTOS OLIVEIRA ROSA**  *Prefeito Municipal* | **CONTRATADA**  *Representante Legal:*  *RG.:* |